

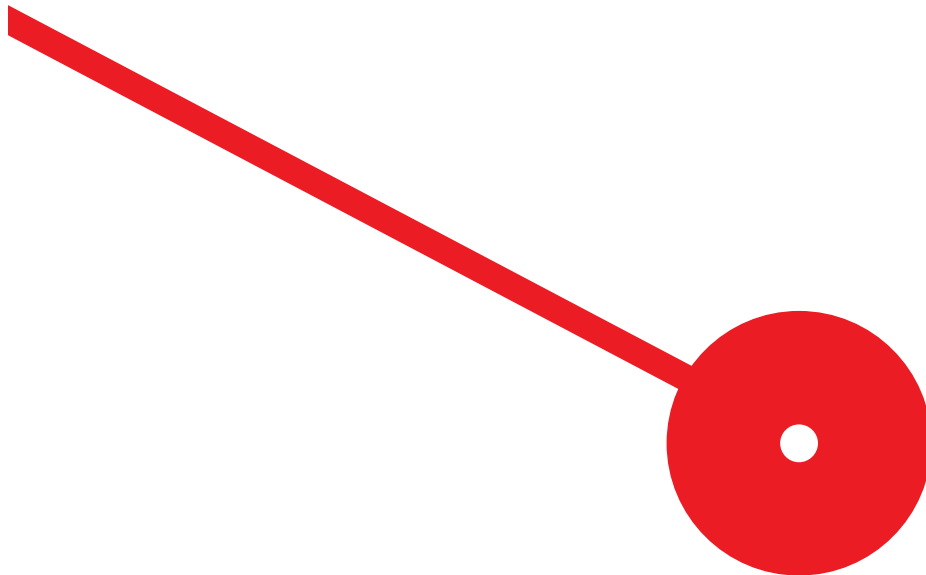


# Avaliação dos indicadores GRI do PSI e IBEX 35 e as ESRS - uma análise prospetiva

Diana Catarina Magalhães Pinto

10/2024

Versão final (Esta versão contém as críticas e sugestões dos elementos do júri).



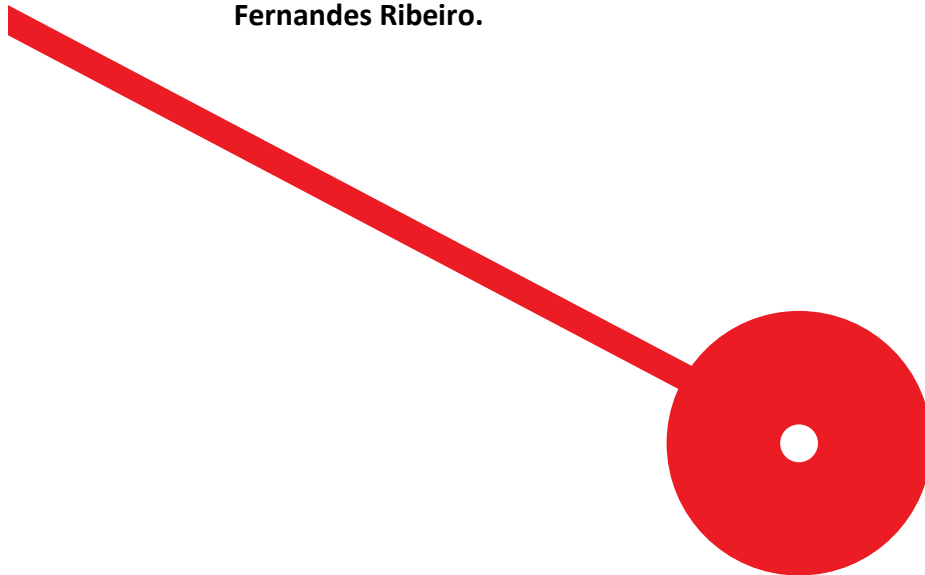


# Avaliação dos indicadores GRI do PSI e IBEX 35 e as ESRS - uma análise prospetiva

Diana Catarina Magalhães Pinto

**Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto para a obtenção do grau de Mestre em Auditoria sob orientação da Professora Doutora Ana Paula Marques Rocha e da Professora Mestre Maria do Céu Fernandes Ribeiro.**

Diana Catarina Magalhães Pinto. Avaliação dos indicadores  
GRI do PSI e IBEX 35 e as ESRS - uma análise prospetiva  
10/2024



## **Agradecimentos**

Este trabalho marca o encerramento de uma importante etapa da minha vida. Quero, assim, expressar a minha gratidão e reconhecimento:

À Professora Doutora Ana Paula Marques Rocha, agradeço a dedicação e orientação ao longo da minha jornada acadêmica. O seu cuidado e apoio constante foram fundamentais tanto na licenciatura quanto no mestrado, e foi um privilégio tê-la ao meu lado durante a dissertação.

À Professora Mestre Maria do Céu Fernandes Ribeiro, expresse a minha gratidão pelo cuidado, atenção e apoio incansável que me proporcionou. A sua excelência profissional serve como uma verdadeira inspiração para mim, e sem o seu apoio, este projeto não teria sido possível.

Aos meus pais, um obrigado imensurável por tudo o que me proporcionaram. Agradeço pelos valores que me inculcaram, permitindo-me tornar-me numa pessoa mais qualificada e capaz de ultrapassar qualquer adversidade. Sou eternamente grata por me terem proporcionado oportunidades valiosas ao longo da minha vida.

Ao meu irmão, por me ensinar a importância de dividir e desejar o melhor para os outros. Que sejas ainda melhor do que eu fui.

À minha avó paterna, um ser cheio de luz, uma inspiração diária de força, pelo bom humor contagiante e por me mostrar o que significa ser uma grande mulher. Se não me tivesse ensinado as contas de multiplicar provavelmente não estaria aqui.

À minha avó materna, onde quer que esteja, espero que tenhas acompanhado cada uma das minhas conquistas. Agradeço por tudo o que me ensinou.

Ao grupo 6, o Pedro Alves e à Inês Reis, por serem os melhores companheiros de jornada que poderia ter. Espero que estejam todos muito orgulhosos do que alcançamos juntos.

Ao meu namorado, o meu Pedro, agradeço por ser a minha força constante. Por nunca me deixar desistir, pela paciência, carinho e companheirismo inabaláveis. Sem ti, nada seria possível.

## **Resumo:**

No contexto global atual, as questões relativas ao desenvolvimento sustentável tornaram-se cada vez mais relevantes. As organizações são incentivadas a adotar comportamentos responsáveis, considerando o impacto das suas atividades nas comunidades onde operam.

A relevância deste tema prende-se com o aumento da importância da sustentabilidade. Atingir o desenvolvimento sustentável e equilibrar os seus três pilares, económico, ambiental e social, constitui um desafio global. Novas Diretivas, Decretos e a obrigatoriedade das *European Sustainability Reporting Standards* (ESRS) têm sido implementadas com o objetivo de aprimorar a transparência nesta área.

A presente investigação tem como objetivo avaliar o impacto da implementação das ESRS, fundamentando-se na divulgação dos indicadores GRI por parte das empresas dos índices PSI e IBEX 35 durante o período de 2019 a 2022. O estudo visa investigar, através da análise de conteúdos, os níveis de divulgação dos diversos indicadores de desempenho ambiental, social e económico, e comparar as práticas de reporte adotadas pelas empresas de Portugal e Espanha. Além disso, pretende-se considerar e comparar a preparação dessas empresas para a transição para os novos requisitos das ESRS, sendo que estas serão pioneiras no ano de 2024, avaliando de que forma a experiência adquirida na adoção das normas GRI pode facilitar o cumprimento das novas exigências regulamentares.

Os resultados do estudo são significativos para a literatura, especialmente na preparação das empresas para a implementação obrigatória das ESRS. O caráter longitudinal da investigação permite uma análise aprofundada da evolução das práticas de reporte, revelando como as práticas de divulgação das normas GRI facilitarão a transição para os novos requisitos estabelecidos pela Diretiva (UE) 2022/2464. Este estudo antecipa os efeitos das novas exigências regulatórias introduzidas pelas ESRS, sugerindo que as práticas de reporte existentes sob as normas GRI poderão facilitar a adaptação das empresas às novas obrigações.

**Palavras chave:** Responsabilidade Social Empresarial, Informação Não Financeira, Normas Global Reporting Initiative (GRI), European Sustainability Reporting Standards (ESRS)

## **Abstract:**

In the current global context, issues related to sustainable development have become increasingly relevant. Organizations are encouraged to adopt responsible behaviour, considering the impact of their activities on the communities in which they operate.

The relevance of this topic is linked to the growing importance of sustainability. Achieving sustainable development and balancing its three pillars, economic, environmental, and social, constitutes a global challenge. New Directives, Decrees, and the mandatory requirements of the European Sustainability Reporting Standards (ESRS) have been implemented with the aim of enhancing transparency in this area.

This research aims to evaluate the impact of the implementation of ESRS, based on the disclosure of GRI indicators by companies listed on the PSI and IBEX 35 indices during the period from 2019 to 2022. The study seeks to investigate, through content analysis, the levels of disclosure of various environmental, social, and economic performance indicators, and to compare the reporting practices adopted by companies in Portugal and Spain. Furthermore, it aims to assess and compare the preparedness of these companies for the transition to the new requirements of the ESRS, these will be pioneers in the year 2024, evaluating how the experience gained from the adoption of GRI standards may facilitate compliance with these new regulatory obligations.

The results of the study are significant for the literature, particularly in terms of preparing companies for the mandatory implementation of the ESRS. The longitudinal nature of the research allows for an in-depth analysis of the evolution of reporting practices, revealing how the disclosure practices under the GRI standards will facilitate the transition to the new requirements established by Directive (EU) 2022/2464. This study anticipates the effects of the new regulatory requirements introduced by the ESRS, suggesting that existing reporting practices under the GRI standards may aid companies in adapting to these obligations.

**Key words:** Corporate Social Responsibility, Non-Financial Information, Global Reporting Initiative (GRI) Standards, European Sustainability Reporting Standards (ESRS)

## Índice geral

<b>Capítulo I – Revisão da Literatura .....</b>	<b>5</b>
1 Responsabilidade Social Empresarial.....	6
1.1 Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade .....	6
1.2 Conceito de Responsabilidade Social Empresarial .....	8
2 Relato das Informações Não Financeiras .....	9
2.1 Relatórios de Sustentabilidade .....	10
2.2 Normas da <i>Global Reporting Initiative</i> .....	12
2.2.1 Indicadores Económicos.....	13
2.2.2 Indicadores Ambientais .....	14
2.2.3 Indicadores Sociais .....	15
2.3 Diretiva n.º 2014/95/UE .....	18
2.4 Diretiva (UE) 2022/2464.....	21
2.5 Resumo Comparativo entre as Normas GRI e as ESRS.....	23
<b>Capítulo II – Metodologia de Investigação .....</b>	<b>25</b>
3 Metodologia de Investigação.....	26
3.1 Objetivos da Investigação.....	26
3.2 Seleção da Amostra .....	27
3.3 Método de análise de dados.....	28
3.4 Procedimentos da Análise .....	28
3.4.1 Recolha dos Dados .....	28
3.4.2 Índice de Divulgação .....	29
<b>Capítulo III – Resultados .....</b>	<b>31</b>
4 Análise e discussão dos resultados .....	32
<b>Capítulo IV – Conclusão .....</b>	<b>57</b>
5 Conclusão do estudo.....	58
5.1 Principais Conclusões.....	58

5.2	Contributos do estudo .....	59
5.3	Limitações .....	60
5.4	Recomendações para futuros trabalhos .....	60
<b>Referências bibliográficas .....</b>		<b>61</b>
<b>Apêndices.....</b>		<b>70</b>
Apêndice I – População e divulgação das informações não financeiras, empresas pertencentes ao PSI e IBEX 35 .....		71
Apêndice II – Análise da divulgação dos indicadores económicos (2019) .....		73
Apêndice III – Análise da divulgação dos indicadores económicos (2020).....		74
Apêndice IV – Análise da divulgação dos indicadores económicos (2021).....		75
Apêndice V – Análise da divulgação dos indicadores económicos (2022).....		76
Apêndice VI – Análise da divulgação dos indicadores ambientais (2019) .....		77
Apêndice VII – Análise da divulgação dos indicadores ambientais (2020) .....		78
Apêndice VIII – Análise da divulgação dos indicadores ambientais (2021).....		79
Apêndice IX – Análise da divulgação dos indicadores ambientais (2022) .....		80
Apêndice X – Análise da divulgação dos indicadores sociais (2019) .....		81
Apêndice XI – Análise da divulgação dos indicadores sociais (2020).....		82
Apêndice XII – Análise da divulgação dos indicadores sociais (2021).....		83
Apêndice XIII – Análise da divulgação dos indicadores sociais (2022) .....		84

## Índice de Figuras

Figura 1. Três pilares da sustentabilidade. ....	7
Figura 2. Taxas globais de Relatórios de Sustentabilidade. ....	11
Figura 3. GRI Standards 2016. ....	13
Figura 4. GRI Standards 2021. ....	18
Figura 5. Normas Transversais da Diretiva (UE) 2022/2464. ....	23
Figura 6. Desempenho Económico das Empresas da amostra por País. ....	49
Figura 7. Desempenho Ambiental das Empresas da amostra por País. ....	50
Figura 8. Desempenho Social das Empresas da amostra por País. ....	52

## Índice de Tabelas

Tabela 1. Norma específica GRI 200 – Indicadores Económicos.....	14
Tabela 2. Norma específica GRI 300 - Indicadores Ambientais.....	15
Tabela 3. Norma específica GRI 400 - Indicadores Sociais.....	16
Tabela 4. Temas abordados na Diretiva n.º 2014/95/UE. ....	19
Tabela 5. Informações sobre os fatores ambientais.....	22
Tabela 6. Informações sobre os fatores sociais e relativos aos direitos humanos. ....	22
Tabela 7. Fatores em matéria de governação. ....	23
Tabela 8. Grau de divulgação dos indicadores económicos de 2019 a 2022. ....	33
Tabela 9. Grau de divulgação dos indicadores ambientais de 2019 a 2022. ....	36
Tabela 10. Grau de divulgação dos indicadores sociais de 2019 a 2022 - Práticas Laborais e Condições de Trabalho. ....	39
Tabela 11. Grau de divulgação dos indicadores sociais de 2019 a 2022 - Direitos Humanos.....	41
Tabela 12. Grau de divulgação dos indicadores sociais de 2019 a 2022 - Sociedade.....	42
Tabela 13. Média da divulgação dos indicadores de Desempenho Económico.....	44
Tabela 14. Média da divulgação dos indicadores de Desempenho Ambiental. ....	45
Tabela 15. Média da divulgação dos indicadores de Desempenho Social.....	46
Tabela 16. Divulgação anual da amostra pelos Indicadores GRI.....	54
Tabela 17. Indicadores GRI divulgados por País. ....	55

## **Lista de abreviaturas**

EFRAG - *European Financial Reporting Advisory Group*

ESRS – *European Sustainability Reporting Standards*

G250 - *Ranking Fortune Global 250 companies*

GRI - *Global Reporting Initiative*

IBEX – *Iberian Index*

IF – *Informação Financeira*

INF – *Informação Não Financeira*

INF's – *Informações Não Financeiras*

KPI's – *Key Performance Indicators*

N100 - *100 Maiores Empresas em termos de Vendas*

ODS – *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*

ONU – *Organização das Nações Unidas*

PSI - *Portuguese Stock Index*

PwC - *PricewaterhouseCoopers*

RS – *Relatórios de Sustentabilidade*

RSE – *Responsabilidade Social Empresarial*

TBL - *Triple Bottom Line*

UE – *União Europeia*

WCED - *World Commission on Environment and Development*



A sustentabilidade assume um papel essencial no contexto atual, definindo-se como um desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades (WCED, 1987). Este conceito integra o equilíbrio entre as dimensões económica, ambiental e social, visando garantir a prosperidade das comunidades e a preservação dos ecossistemas. Assim, a sustentabilidade requer uma abordagem responsável que promova práticas que assegurem o bem-estar das gerações atuais e futuras (Mensah, 2019).

O aumento da consciência sobre os impactos sociais e ambientais das atividades empresariais intensifica a pressão sobre as empresas para adotarem práticas mais responsáveis e transparentes. No cerne das discussões sobre desenvolvimento sustentável, é reconhecido um desafio que exige o reconhecimento dos efeitos económicos, ambientais e sociais, levando governos, empresas e outras entidades a agirem para protegerem estes aspetos fundamentais (Cabaço et al., 2017).

Reconhecendo o papel complexo que as empresas desempenham em questões globais, Kolk e van Tulder (2010) salientam que estas podem ter um papel duplo: por um lado contribuem para os problemas ambientais e sociais, e por outro, podem contribuir para a solução, sendo, igualmente, agentes da mudança positiva. Atribuindo uma responsabilidade às empresas pelas suas ações, denominada Responsabilidade Social Empresarial (RSE), também conhecida como Responsabilidade Social Corporativa.

Segundo Gafencu (2023), no processo de avaliação das organizações, são cada vez mais comuns as exigências dos investidores e outras partes interessadas por informação de elevada qualidade sobre sustentabilidade. Estão a considerar critérios não financeiros cada vez mais variados, como o impacto da atividade das empresas no ambiente, as relações com colaboradores, fornecedores e outros parceiros ou a aplicação dos mais elevados padrões de governação corporativa.

É com base neste contexto, que o fenómeno emergente do relato de Informação Não Financeira (INF) teve particular destaque nos últimos anos (Stolowy & Paugam, 2018). As empresas têm utilizado relatórios não financeiros como uma ferramenta para ampliar a transparência das informações ambientais e sociais, bem como para se apresentarem como agentes socialmente responsáveis (Sierra-Garcia et al., 2018).

A presente investigação pretende avaliar o impacto da implementação das ESRS, com base na divulgação dos indicadores GRI nas empresas do *Portuguese Stock Index* (PSI) e

do *Iberian Index 35* (IBEX 35) durante o período de 2019 a 2022. O estudo visa investigar, através da análise de conteúdos, o nível de divulgação dos diferentes indicadores de desempenho ambiental, social e económico, e compara as práticas de reporte adotadas pelas empresas de Portugal e Espanha. Com isto, pretende-se considerar e comparar a preparação destas empresas na transição para os novos requisitos das ESRS, analisando como a experiência adquirida na adoção das normas GRI pode facilitar o cumprimento das novas exigências regulatórias.

A análise centra-se nas empresas que adotam as normas GRI, amplamente utilizadas de forma voluntária devido à sua estrutura modular e diversidade temática (PwC, 2023b). Anteriormente, a divulgação de Informação Não Financeira (INF) era opcional, mas com a Diretiva n.º 2014/95/UE, transposta pelo Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho, tornou-se obrigatória para grandes entidades de interesse público, como as empresas cotadas, bancos e seguradoras, com mais de 500 empregados (Ministério das Finanças, 2017).

A escolha deste tema justifica-se pela sua relevância atual, sobretudo devido às mudanças substanciais introduzidas pela Diretiva (UE) 2022/2464, que define os requisitos das *European Sustainability Reporting Standards* (ESRS) com implementação obrigatória a partir de 2024, para as empresas pioneiras que preenchem certos requisitos. Esta diretiva reforça a necessidade imperiosa de uma maior transparência, linearidade e responsabilidade nas práticas de reporte das organizações, constituindo um desafio significativo não apenas para a sociedade, mas também para o setor empresarial, face ao crescente destaque que o desenvolvimento sustentável tem vindo a assumir.

A amostra estudada já divulgava obrigatoriamente a sua INF pois cumpria os requisitos estabelecidos para tal. Com a entrada em vigor da nova Diretiva, estas entidades deverão implementar o novo framework em 2024 e publicar os relatórios de acordo com as novas normas em 2025, conforme estabelecido.

Além disso, a escolha de Portugal e Espanha para esta análise deve-se à proximidade geográfica e às semelhanças socioculturais e legais entre os dois países. Por essa razão, foi baseado na afirmação de Posadas & Tarquinio (2021) que indicam uma abordagem uniforme de divulgação entre empresas italianas e espanholas, sugerindo que contextos legais e culturais semelhantes podem favorecer práticas de reporte sustentáveis análogas.

Esta dissertação está estruturada em quatro capítulos. O primeiro capítulo dedica-se a uma breve revisão da literatura onde são abordados o tema da Responsabilidade social empresarial e o Relato das informações não financeiras. Posteriormente, será apresentada a metodologia de investigação e os resultados obtidos, com a apresentação e discussão dos mesmos. Em último lugar, apresentar-se-ão as principais conclusões, contributos do estudo, limitações e recomendações para futuros trabalhos.

## **CAPÍTULO I – REVISÃO DA LITERATURA**

---

# 1 Responsabilidade Social Empresarial

## 1.1 Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade

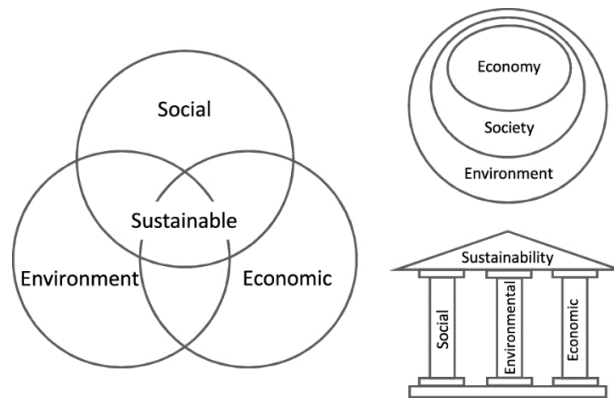
O desenvolvimento sustentável é caracterizado como um progresso que satisfaz as necessidades atuais sem prejudicar a capacidade das gerações futuras de suprirem as suas próprias necessidades, conforme a definição apresentada pela World Commission on Environment and Development (WCED, 1987). Da mesma forma, Mensah (2019) descreveu o desenvolvimento sustentável como um processo de crescimento económico que visa equilibrar as necessidades ambientais, sociais e económicas para garantir a prosperidade tanto das gerações presentes como das futuras.

A sustentabilidade, por sua vez, é fundamentada no princípio de atender às necessidades humanas contemporâneas de maneira que preserve o meio ambiente e os recursos naturais, assegurando que as gerações futuras satisfaçam as suas próprias necessidades (Robert et al., 2005). Além disso, Mensah (2019) define a sustentabilidade como a prática de manter um equilíbrio entre processos ecológicos, económicos e sociais, de modo a promover a saúde e o bem-estar duradouro das comunidades e dos ecossistemas.

De forma geral, o desenvolvimento sustentável é frequentemente descrito como o processo de crescimento orientado, enquanto a sustentabilidade é vista como a condição final ou o estado a ser alcançado (Mensah, 2019).

A sustentabilidade vai além do ambiente, abrangendo também a sustentabilidade do contexto geral de desenvolvimento. Este conceito geralmente compreende três elementos de igual importância, sendo o crescimento económico, ambiental e social (Ostrom, 2009). Quando integradas, essas dimensões formam os três pilares da sustentabilidade, também referido como *Triple Bottom Line* (TBL) (Boyer et al., 2016; Purvis et al., 2019).

É imprescindível que os três pilares interajam de forma harmónica, pois a verdadeira sustentabilidade não pode ser alcançada sem a colaboração mútua entre eles (Olawumi & Chan, 2018). Cada um desses pilares não apenas descreve um ambiente sustentável, mas também é interdependente dos demais para sua plena efetivação (Ranjbari et al., 2021). Como pode ser observado na Figura 1, todos os componentes estão intercetados entre si. Essa interdependência é comumente representada por três círculos interligados, nos quais a sustentabilidade se encontra no ponto central (Purvis et al., 2019).



*Figura 1. Três pilares da sustentabilidade.*

Fonte: Purvis et al. (2019).

À esquerda, representação típica da sustentabilidade segundo a descrição supramencionada. À direita, representações alternativas: pilares literais e uma abordagem de círculos concêntricos (Purvis et al., 2019).

O TBL visa avaliar, ao longo do tempo, o desempenho económico, social e ambiental de uma empresa. Este indicador integra o lucro, o planeta e as pessoas na cultura organizacional, estratégica e operacional (Hallencreutz et al., 2020).

- Pilar Económico

O pilar económico refere-se à produção, distribuição e consumo de bens e serviços. Práticas sustentáveis promovem benefícios financeiros, reduzem o consumo de recursos como materiais, energia e água, resultando na melhoria da economia. Dessa forma, há uma interdependência entre sustentabilidade e economia, refletindo-se no lucro das organizações. Ao abordar o conceito do TBL, é crucial que este pilar considere os impactos das outras dimensões, pois não é viável lucrar com a exploração irresponsável dos recursos naturais (Bueno & Salvador, 2013; Purvis et al., 2019).

- Pilar Ambiental

O pilar ambiental centra-se em estratégias para proteger o meio ambiente, conservar recursos naturais e mitigar impactos ambientais. As empresas devem adotar práticas que minimizem a sua pegada ecológica, respeitando as normas ambientais no uso de água e energia, reduzindo a geração de resíduos líquidos e sólidos, reciclando materiais, promovendo a biodiversidade e preservando os ecossistemas. É fundamental que as práticas empresariais sejam responsáveis e sustentáveis para assegurar a proteção ambiental (Purvis et al., 2019).

- **Pilar Social**

O pilar social refere-se ao fortalecimento do capital humano, englobando a implementação de medidas que melhorem a qualidade de vida e a criação de legislações que atendam às necessidades da população. Este sublinha que a construção de uma sociedade sustentável exige um ambiente saudável e cuidado. Além disso, para facilitar o desenvolvimento individual e coletivo dos colaboradores, é imprescindível estabelecer um ambiente que incentive relações de trabalho éticas e construtivas (Purvis et al., 2019).

A relevância do tema aumentou recentemente devido a “Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável”, desenvolvida pela Assembleia Geral das Nações Unidas, que adotou um novo quadro global para promover o desenvolvimento sustentável. Este documento centraliza-se nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas e abrange as três dimensões de sustentabilidade: económica, social e ambiental (Organização das Nações Unidas (ONU), 2018).

Consequentemente, as entidades responsáveis pela formulação de diretrizes normativas têm se dedicado cada vez mais ao tema da sustentabilidade (Zhou et al., 2022). Práticas conscientes a nível social e ambiental adotadas por países com economias desenvolvidas servem como modelo para organizações em mercados emergentes, possibilitando-lhes a adaptação às exigências do desenvolvimento sustentável e à crescente conscientização social (Balon et al., 2022). A constante necessidade de adaptação às mudanças climáticas globais, restrições no uso de recursos naturais e pressões socioambientais destaca a relevância do desenvolvimento sustentável (Gerged et al., 2021). Nesse cenário, a Responsabilidade Social Empresarial tem gradualmente conquistado um destaque significativo nas estratégias organizacionais.

## **1.2 Conceito de Responsabilidade Social Empresarial**

Segundo Cook e Glass (2018), a RSE diz respeito às práticas e políticas de uma empresa em resposta às necessidades de várias partes interessadas, como trabalhadores, comunidades e meio ambiente. Em termos mais simples, Lin-Hi & Blumberg (2018) argumentaram que a RSE envolvia dois tipos de práticas: fazer o bem e evitar o mal, sendo que a perceção das partes interessadas nessas práticas influencia a RSE (Almeida & Coelho, 2019).

Mais recentemente, Morioka et al. (2017) caracterizam a RSE como uma estratégia que visa melhorar as práticas no âmbito dos negócios e de investimentos, com o objetivo de atender e equilibrar os interesses das partes interessadas, tanto atuais como futuros. De acordo com Cerezal (2018), a RSE compreende o respeito aos direitos humanos, a promoção da igualdade de gênero, a atenção à saúde, ao bem-estar e à capacitação dos trabalhadores, à preservação do meio ambiente, à luta contra fraudes e corrupção, à participação na melhoria da comunidade local, à inclusão de indivíduos e à proteção do bem-estar dos consumidores.

Sobrosa Neto et al. (2020) defendem a RSE como uma nova abordagem de gestão que visa atender às exigências do mercado enquanto considera simultaneamente as dimensões social e ambiental. Assim, nos últimos anos, tanto o público como o mercado demonstram uma preferência crescente por empresas que implementam práticas de RSE, promovendo o desenvolvimento sustentável mediante parcerias público-privadas que, por sua vez, incentivam ações de responsabilidade social e ambiental (Leopizzi et al., 2020; Lozano et al., 2017). Outro aspecto que impulsionou a RSE foi a percepção de que o crescimento populacional e a globalização dificultaram ao setor público a capacidade de guiar a sociedade em direção a um futuro sustentável (Leopizzi et al., 2020).

## **2 Relato das Informações Não Financeiras**

A Informação Financeira (IF) auxilia a tomar decisões e desempenha um papel crucial na divulgação de informações sobre a empresa e na comunicação entre a empresa e as partes interessadas (Barth & Schipper, 2008). Contudo, os utilizadores pretendem obter informações para além das que constam nas demonstrações financeiras, com o intuito de aumentar a transparência e responsabilidade de divulgação das empresas (Truant et al., 2017). Adams (2015) acrescenta que a divulgação de informações financeiras tem abrangido cada vez menos informações consideradas valiosas para a avaliação de uma empresa, o que motivou o surgimento da Informação Não Financeira.

Manes-Rossi et al. (2018) referem que a INF abrange diversos temas, como políticas e impactos ambientais, tais como uso de recursos, emissão de gases, mudanças climáticas, e sociais, como segurança dos colaboradores, igualdade de gênero e educação.

Erkens et al. (2015) afirmaram que a INF é a informação divulgada a partes externas da organização, abordando dimensões de desempenho além da avaliação financeira tradicional, do ponto de vista das partes interessadas. A definição inclui, mas não se limita

a aspetos relacionados com a políticas sociais e ambientais, RSE e capital humano, divulgados fora das demonstrações financeiras. Existe uma distinção entre informações apresentadas dentro e fora das demonstrações financeiras, sendo que as informações fora das demonstrações financeiras são consideradas como INF (Erkens et al., 2015).

É prática comum divulgar as Informações Não Financeiras (INF's) com o relatório anual integrado ou de forma independente. Os relatórios de RSE, também conhecidos como relatórios de sustentabilidade, são geralmente os meios utilizados para essa divulgação (Brooks & Oikonomou, 2018).

O Relatório Integrado é um documento que descreve como a estratégia, a gestão, o desempenho e as perspetivas de uma organização, influenciadas pelo seu ambiente externo, contribuem para a criação de valor ao longo do tempo, abrangendo o curto, médio e longo prazo (IIRC, 2013). Sendo assim, o relatório anual integrado visa combinar tanto divulgações financeiras quanto não financeiras sobre o desempenho de uma empresa num único relatório. Esse formato auxilia as empresas no reporte dos dois tipos de informações, oferecendo uma visão mais completa do processo de criação de valor. Além disso, este tipo de relatório atua como uma ferramenta de comunicação importante para as partes interessadas (Sierra-García et al., 2015).

## **2.1 Relatórios de Sustentabilidade**

Os Relatórios de Sustentabilidade (RS) consistem numa forma de reportar a INF, nomeadamente a nível económico, ambiental e social (Geerts & Dooms, 2020).

A publicação dos RS tornou-se uma prática comum para várias empresas (KPMG International, 2022), desde 2011, mais de 90% das empresas incluídas no *Ranking Fortune Global 250 companies* (G250) têm apresentado RS. A proporção de empresas que divulgaram estes relatórios tem variado entre 93% e 96% (ver figura 2).

No ano de 2022, a KPMG analisou a prática de reporte do RS numa amostra de 5.800 empresas, incluindo as 100 maiores empresas em termos de vendas (N100) em 58 países estudados. Os resultados indicam que 79% das empresas do N100 divulgam RS, esta taxa aumentou 2% relativamente à última análise realizada pela KPMG em 2020 (KPMG International, 2022).

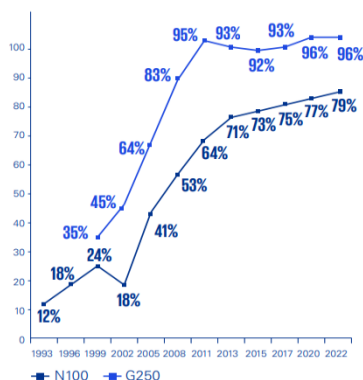


Figura 2. Taxas globais de Relatórios de Sustentabilidade.

Fonte: KPMG International (2022)

A publicação das INF contribuiu para a melhoria de vários aspetos empresariais. Sendo estes, a melhoria da reputação e legitimidade da empresa (Hahn & Kühnen, 2013; Lourenço et al., 2014; Siano et al., 2017), aumento do valor da empresa (Hahn & Kühnen, 2013), a captação de capital a longo prazo (Wehinger, 2011), aumento da transparência, credibilidade e desempenho da empresa (Hahn & Kühnen, 2013; Nobanee & Ellili, 2016). Além disso, a publicação dos RS motiva os funcionários (Amrutha & Geetha, 2020; Hahn & Kühnen, 2013), facilita a comparação com os concorrentes e aumenta a competitividade (Hahn & Kühnen, 2013), influencia a tomada de decisão dos *stakeholders* (Carini et al., 2018) e também satisfaz as necessidades das partes interessadas ao corresponder às suas expectativas (Carini et al., 2018; Testa et al., 2018).

Karaman et al. (2018) e Kuzey e Uyar (2017) analisaram os determinantes que influenciam a divulgação dos RS. Os resultados de ambas as pesquisas referem que a dimensão da empresa influencia positivamente a divulgação destes relatórios. Karaman et al. (2018) destacam uma influência positiva do endividamento e da adoção das normas GRI na divulgação da INF, especificamente no setor da aviação, onde a pressão para uma maior transparência e conformidade regulatória é elevada. Em oposição, Kuzey e Uyar (2017) identificaram que o endividamento e a rentabilidade tendem a desincentivar a divulgação destas informações nas empresas turcas de diferentes setores, possivelmente devido ao foco em objetivos de curto prazo e à menor pressão regulatória. Relativamente a fatores como lucratividade, fluxo de caixa, crescimento e estrutura de capital, os estudos indicam que estes não têm impacto significativo na divulgação da INF.

No âmbito económico, Villiers e Marques (2015) analisaram o nível de divulgação dos RS. Concluíram que um elevado nível de divulgação de relatórios de sustentabilidade está

associado a aumentos no preço das ações, especialmente em países com boa governação, regulamentação de qualidade e liberdade dos meios de comunicação.

Embora exista uma crescente necessidade de informações mais abrangentes e precisas para apoiar decisões mais eficazes por parte dos envolvidos, o aumento da INF gerou uma percepção ambígua quanto à credibilidade e qualidade das mesmas (Michelon et al., 2015).

Baldini et al. (2018) investigaram os fatores que influenciam a divulgação dos RS. Os resultados apontam para uma relação negativa entre a rentabilidade e a divulgação destes relatórios, indicando que as empresas têm a tendência a comunicar mais INF nos anos menos rentáveis para obter legitimidade. Essa tendência é consistente com os resultados apresentados por Kuzey e Uyar (2017).

No contexto da divulgação seletiva de informações nos RS, a prática conhecida como *greenwashing* surge como uma consequência preocupante. O conceito surge como uma estratégia de comunicação enganosa cujo objetivo é ocultar aspetos controversos relacionados à sustentabilidade empresarial. Esta prática consiste na realização de ações simbólicas que desviam a atenção para questões menos relevantes, criando uma narrativa ambiental por meio de declarações destinadas a atender às exigências dos *stakeholders* em termos de sustentabilidade (Siano et al., 2017).

## **2.2 Normas da *Global Reporting Initiative***

A regulamentação das INF é apenas uma parte de um processo mais abrangente, visando estabelecer a zona económica europeia cada vez mais transparente, assegurando os interesses de todos os intervenientes preocupados com o comportamento das empresas e prevenindo o risco de abusos de poder ou conflitos de interesse (La Torre et al., 2018). Desta forma, as orientações da *Global Reporting Initiative* foram identificadas como um dos *frameworks* mais amplamente utilizados na divulgação voluntária da INF (Marimon et al., 2012). Além disso, as normas da GRI são o padrão mais adotado globalmente no que diz respeito ao reporte desta informação, englobando aspetos ambientais, económicos e sociais (Halkos & Nomikos, 10).

As normas GRI foram construídas com base em indicadores que representam os aspetos mais relevantes das diretrizes. Esses indicadores são definidos com base na materialidade, focando no que é importante para o negócio e para a implementação da sustentabilidade,

considerando as percepções das partes interessadas e da própria empresa (Raucci & Tarquinio, 2020).

Em 2016, a GRI estabeleceu a definição das normas da GRI, os primeiros padrões globais para reportar INF. Estes padrões foram divididos em três normas universais que se aplicavam a todas as organizações. Além disso, as normas específicas organizadas por indicadores económicos (série 200), ambientais (série 300) e sociais (série 400), que podem ser aplicadas conforme as questões relevantes para a organização (GRI, 2016), como identificado na Figura 3.

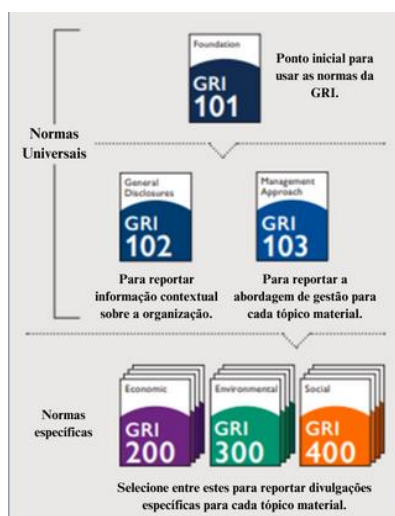


Figura 3. GRI Standards 2016.

Fonte: GRI (2016).

### 2.2.1 Indicadores Económicos

Os indicadores económicos constituem a norma específica GRI 200, disposta na Tabela 1.

GRI 201 – Desempenho Económico	
201-1	Valor económico direto gerado e distribuído
201-2	Implicações financeiras, riscos e oportunidades devido a alterações climáticas
201-3	Planos de benefícios e planos de pensão oferecidos pela organização
201-4	Apoio financeiro recebido pelo governo
GRI 202 – Presença no mercado	
202-1	Rácio salarial - entre o salário mais baixo, por género, e o salário mínimo local
202-2	Colaboradores em cargos de direção contratados localmente
GRI 203 – Impactos económicos indiretos	

203-1	Investimentos em infraestruturas e apoio a serviços
203-2	Impactos económicos indirectos
GRI 204 – Práticas de compra	
204-1	Despesas com fornecedores locais
GRI 205 - Anticorrupção	
205-1	Operações avaliadas quanto ao risco de corrupção
205-2	Comunicação e formação sobre políticas e procedimentos de combate à corrupção
205-3	Casos de corrupção e medidas tomadas
GRI 206 – Concorrência desleal	
206-1	Ações jurídicas por práticas de concorrência desleal, <i>antitrust</i> e monopólio
GRI 207 - Impostos	
207-1	Abordagem fiscal
207-2	Governança tributária, controlo e gestão de riscos
207-3	Envolvimento das partes interessadas e gestão de preocupações relacionadas com impostos
207-4	Relatórios país por país

*Tabela 1. Norma específica GRI 200 – Indicadores Económicos.*

Fonte: Global Reporting Initiative (2021)

### 2.2.2 Indicadores Ambientais

Os indicadores ambientais foram estabelecidos na norma específica GRI 300, organizados na Tabela 2.

GRI 301 – Materiais	
301-1	Materiais utilizados
301-2	Materiais reciclados utilizados
301-3	Produtos e embalagens recuperados
GRI 302 – Energia	
302-1	Consumo direto de energia
302-2	Consumo indireto de energia
302-3	Intensidade energética
302-4	Redução do consumo de energia
302-5	Reduções nas necessidades energéticas dos produtos e serviços
GRI 303 – Água	
303-1	Consumo total de água, por fonte
303-2	Recursos hídricos afetados pela captação de água
303-3	Água reciclada e reutilizada
303-4	Desperdício de água
303-5	Consumo de água
GRI 304 – Biodiversidade	
304-1	Zonas protegidas
304-2	Impactos na biodiversidade
304-3	Habitat protegidos ou restaurados

304-4	Espécies em risco de extinção
GRI 305 - Emissões	
305-1	Emissões diretas de Gases de Efeito de Estufa (GEE)
305-2	Emissões indiretas de GEE
305-3	Outas emissões indiretas de GEE
305-4	Intensidade de emissões de GEE
305-5	Redução de emissões de GEE
305-6	Emissões de substâncias destruidoras da camada do ozono
305-7	Óxidos de Nitrogénio, óxidos de enxofre e outras emissões atmosféricas
GRI 306 – Efluentes e resíduos	
306-1	Produção de efluentes líquidos
306-2	Resíduos por tipo e por destino
306-3	Ocorrência de derrames
306-4	Resíduos perigosos transportados
306-5	Descargas de água e drenagem
GRI 308 - Avaliação ambiental de fornecedores	
308-1	Novos fornecedores que foram selecionados com base em critérios ambientais
308-2	Impactos ambientais negativos na cadeia de fornecimento e medidas tomadas

*Tabela 2. Norma específica GRI 300 - Indicadores Ambientais.*

Fonte: Global Reporting Initiative (2021)

### 2.2.3 Indicadores Sociais

Os indicadores sociais foram definidos na norma específica GRI 400, representada na Tabela 3.

GRI 401 – Emprego	
401-1	Novas contratações e rotatividade de colaboradores
401-2	Benefícios a colaboradores em tempo integral
401-3	Licença parental
GRI 402 – Relações laborais	
402-1	Prazo mínimo de aviso sobre mudanças operacionais
GRI 403 – Saúde e segurança no trabalho	
403-1	Sistema de gestão de saúde e segurança no trabalho
403-2	Tipos e taxas de lesões e doenças relacionadas com o trabalho
403-3	Colaboradores com elevada incidência ou risco de doenças relacionadas com o trabalho
403-4	Acordos formais com sindicatos
403-5	Formação de trabalhadores em saúde e segurança no trabalho
403-6	Promoção da saúde dos trabalhadores
403-7	Prevenção e mitigação de impactos
403-8	Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de saúde e segurança no trabalho
403-9	Acidentes de trabalho

403-10	Doenças profissionais
GRI 404 – Formação e educação	
404-1	Horas de formação
404-2	Gestão de competências e aprendizagem contínua
404-3	Avaliações de desempenho e de desenvolvimento de carreira
GRI 405 - Diversidade e igualdade de oportunidades	
405-1	Composição dos órgãos sociais
405-2	Salário base e remuneração da mulher e do homem
GRI 406 – Não discriminação	
406-1	Casos de discriminação e medidas tomadas
GRI 407– Liberdade de associação e negociação coletiva	
407-1	Operações e fornecedores em que o direito à liberdade sindical e à negociação coletiva pode estar em risco
GRI 408 – Trabalho infantil	
408-1	Risco significativo de incidentes de trabalho infantil
GRI 409 - Trabalho forçado ou análogo ao escravo	
409-1	Risco de incidentes de trabalho forçado ou análogo ao escravo
GRI 410 - Práticas de segurança	
410-1	Pessoal de segurança que recebeu formação
GRI 411 – Direito dos povos indígenas	
411-1	Casos de violações dos direitos dos povos indígenas e medidas tomadas
GRI 413 – Comunidades locais	
413-1	Programas de envolvimento
413-2	Operações com impactos negativos nas comunidades locais
GRI 414 – Avaliação social de fornecedores	
414-1	Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais
414-2	Impactos sociais negativos na cadeia de suprimentos e medidas tomadas
GRI 415 – Políticas públicas	
415-1	Contribuições políticas
GRI 416 – Saúde e segurança do cliente	
416-1	Impactos na saúde e segurança causados por produtos e serviços
416-2	Casos de não conformidade
GRI 417 – Rotulagem de produtos e serviços	
417-1	Informações sobre produtos e serviços
417-2	Casos de não conformidade em relação a informações e rotulagem
417-3	Casos de não conformidade em relação a comunicações de marketing
GRI 418 – Privacidade do cliente	
418-1	Reclamações fundamentadas relativas à violação de privacidade dos clientes

*Tabela 3. Norma específica GRI 400 - Indicadores Sociais.*

Fonte: Global Reporting Initiative (2021)

As empresas que preparam os seus relatos das INF's com base nas normas GRI devem incorporar uma tabela que aborde os indicadores, conteúdos e respostas reportadas (Global Reporting Initiative, 2021).

Diversos estudos analisam os indicadores de desempenho conforme as normas GRI. O estudo de Tarquinio et al. (2018) analisou os indicadores de desempenho divulgados nos RS através das normas GRI por empresas em Itália, Espanha e Grécia. Os resultados indicaram que as empresas espanholas, em geral, divulgam mais indicadores GRI, exceto nos indicadores de responsabilidade do produto (GRI 416 e GRI 417), onde as empresas gregas se sobressaem. Os indicadores sociais, Práticas Laborais e Condições de Trabalho foram os mais frequentemente reportados, enquanto os indicadores de Direitos Humanos apresentaram a menor divulgação, o que pode ser atribuído aos rigorosos padrões legais existentes. A abordagem de divulgação mostrou-se uniforme entre as empresas italianas e espanholas, ao contrário da Grécia, que evidenciou maior variabilidade. A homogeneidade nas práticas de divulgação foi justificada pelas semelhanças socioculturais e legais, assim como a pressão institucional para conformidade com os padrões globais do GRI.

Em Portugal também existem estudos no âmbito da análise do desempenho económico, ambiental e social consoante as normas GRI. O estudo de Baptista (2022) concentrou-se na análise da divulgação dos indicadores de desempenho das empresas. No que respeita ao Desempenho económico, a autora salientou que os indicadores mais divulgados estavam relacionados com o Desempenho económico, Práticas de compra e Anticorrupção, enquanto os indicadores de Presença no mercado e Impactos económicos indiretos tiveram uma divulgação inferior. No domínio ambiental, as categorias de Energia, Emissões e conformidade ambiental apresentaram as maiores taxas de divulgação, em oposição à avaliação ambiental de fornecedores e à biodiversidade, que foram menos abordadas. Quanto ao desempenho social, as Práticas laborais e Condições de trabalho, com a Responsabilidade pelo produto, receberam maior destaque, enquanto os indicadores de Direitos humanos e Sociedade mostraram menor relevância.

Uma nova versão atualizada entrou em vigor em 2023 das normas GRI. Atualmente prevê-se que a estrutura seja agrupada em três categorias (conforme a Figura 4), sendo estas, três normas universais, normas setoriais, que são aplicáveis consoante a indústria e normas de tópicos económicos, ambientais e sociais (GRI, 2021).

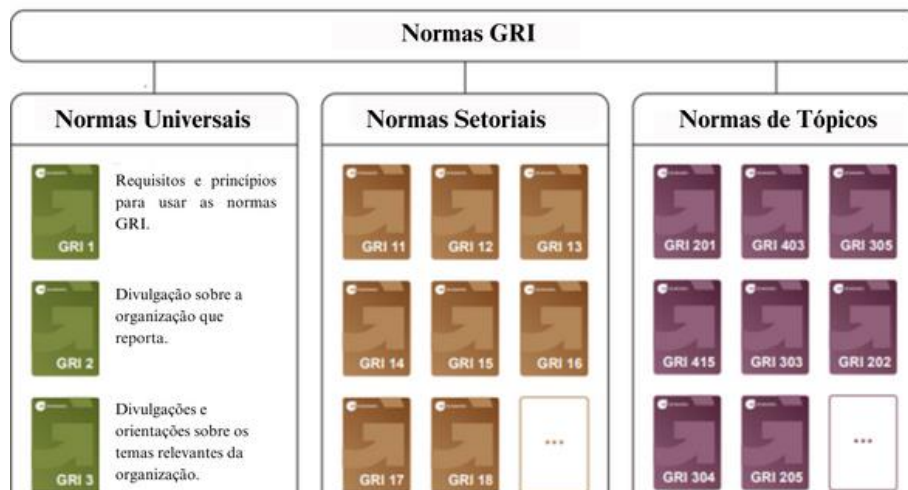


Figura 4. GRI Standards 2021.

Fonte: Global Reporting Initiative (2021).

Segundo Mendes et al., (2019), as normas GRI, quando adequadamente aplicadas podem fortalecer a competitividade, garantir uma comunicação eficaz com os *stakeholders* e mensurar os impactos positivos e negativos de uma empresa. Além disso, as organizações que adotam as orientações da GRI têm a possibilidade de aperfeiçoar o seu desempenho, integração e a transparência. Entre os benefícios da adoção das normas GRI destaca-se a redução do tempo e esforço na elaboração de relatórios, uma vez que essas diretrizes padronizadas facilitam a organização e apresentação das informações, permitindo às empresas seguir um modelo reconhecido que simplifica a recolha e estruturação dos dados (Siew, 2015). A padronização também eleva a qualidade dos relatórios, assegurando a conformidade com critérios internacionalmente reconhecidos, o que aprimora a comparabilidade e transparência das informações divulgadas. Adicionalmente, Siew (2015) observa que as empresas que adotam estas normas tendem a alcançar um melhor desempenho financeiro, possivelmente devido à maior confiança dos investidores e *stakeholders*, que interpretam a adoção das normas GRI como um compromisso com a transparência e a RSE.

### 2.3 Diretiva n.º 2014/95/UE

Raucci e Tarquinio (2020) destacam que, além da GRI, a implementação da Diretiva 2014/95/UE tem impactado positivamente a qualidade das divulgações das INF.

A Diretiva n.º 2014/95/UE requer que as empresas divulguem INF para explicar claramente o impacto real dos negócios na sociedade e no desenvolvimento global a médio e longo prazo. Assim, a regulamentação leva as empresas a refletirem sobre o seu comportamento e inspira uma mudança na direção de práticas mais sustentáveis (Carini et al., 2018).

Antes da implementação da Diretiva n.º 2014/95/UE, a divulgação de INF era voluntária, sendo uma opção das próprias entidades. Esta foi transposta para a legislação portuguesa pelo Decreto-Lei n.º 89/2017 de 28 de julho, onde tornou obrigatória a divulgação de INF para as grandes entidades que sejam de interesse público, incluindo empresas cotadas, bancos, empresas de seguros e outras designadas, desde excedam o critério do número médio de 500 empregados (Ministério das Finanças, 2017).

Neste contexto, a imposição pelos governos de normas específicas e modelos de reporte unifica a divulgação das INF's, facilita a comparação, fortalece a credibilidade das informações e aumenta a sua precisão e amplitude (Caputo et al., 2019). Contudo, Raucci e Tarquinio (2020) observaram que as empresas sujeitas a essa diretiva limitam o conteúdo dos seus relatórios aos indicadores que a própria diretiva define como relevantes.

Os temas abordados na Diretiva n.º 2014/95/UE são as questões ambientais, as questões sociais, os direitos humanos e o combate à corrupção e tentativa de suborno, conforme a Tabela 4.

<b>Questões Ambientais</b>	Pormenores relativos aos impactos atuais e previsíveis das atividades das empresas no ambiente, na saúde e na segurança.
<b>Questões Sociais</b>	Informações tais como a garantia de igualdade de género, cumprimento das convenções da Organização Internacional do Trabalho, melhorar as condições de trabalho e promover o diálogo social.
<b>Direitos Humanos</b>	Informações relativas à prevenção da violação dos direitos humanos.
<b>Combate à corrupção e tentativa de Suborno</b>	Divulgação dos instrumentos utilizados no combate à corrupção e ao suborno.

*Tabela 4. Temas abordados na Diretiva n.º 2014/95/UE.*

Fonte: Adaptado de Conselho Da União Europeia (2014).

Mion e Adai (2019) identificaram uma melhoria na qualidade dos relatórios nas empresas italianas e alemãs cotadas em bolsa após a implementação da Diretiva, com foco na acessibilidade, credibilidade e no processo de elaboração dos relatórios. Nesse contexto, os resultados corroboram o estudo de Caputo et al. (2019).

Posadas e Tarquinio (2021) concluíram que a Diretiva teve um impacto nas práticas de divulgação da INF nas empresas italianas e nas empresas espanholas ao revelar uma redução progressiva nos níveis de divulgação por parte das empresas italianas, enquanto nas empresas espanholas foi identificado um aumento na divulgação. Da mesma forma, Tarquinio et al. (2020) mencionam uma diminuição na divulgação nas empresas italianas o que levou a interpretações distintas por parte dos autores. Por um lado, a redução na divulgação poderia indicar uma tentativa das empresas se concentrarem nas informações mais relevantes. Por outro lado, essa redução pode sugerir mera conformidade com a Diretiva, com as empresas a divulgar o mínimo necessário para cumprir a lei, em vez de procurarem melhorar a transparência. O estudo de Sierra-Garcia et al. (2018) também refere a diminuição da publicação de INF aquando da introdução da Diretiva 2014/95/EU nas empresas espanholas.

Raucci e Tarquinio (2020) estudaram como a Diretiva 2014/95/EU afetou a divulgação dos indicadores de desempenho dos relatórios de sustentabilidade das empresas italianas que adotaram os padrões da GRI. Os indicadores de desempenho avaliados foram os de impacto ambiental, económico e social. O estudo revelou uma diminuição da divulgação dessas três categorias de indicadores de 72,30% em 2012 para 45,57% em 2017. Adicionalmente, o estudo destacou que as empresas adotaram uma postura mais criteriosa, concentrando-se principalmente nos indicadores considerados relevantes conforme a diretiva europeia.

De igual modo incidiu o estudo de Tarquinio et al. (2020), onde foi analisado o impacto da Diretiva 2014/95/EU na divulgação da INF, ao comparar esta divulgação antes e após a entrada em vigor da diretiva no contexto das empresas italianas e espanholas cotadas em bolsa. Foram analisadas as questões ambientais, sociais, relativas aos trabalhadores, direitos humanos e corrupção e tentativas de suborno. No primeiro ano, os indicadores mais frequentemente divulgados foram relacionados com os trabalhadores e corrupção e tentativas de suborno, enquanto os indicadores de direitos humanos foram os menos

divulgados. Nos anos seguintes, verificou-se uma diminuição geral na divulgação dos indicadores, corroborando os resultados encontrados no estudo de Raucci e Tarquinio (2020). Os autores concluíram que se verificou uma redução da quantidade da INF divulgada pelas empresas, possivelmente devido à preferência em divulgar somente o necessário para cumprir os requisitos da Diretiva, visando evitar problemas durante inspeções por entidades externas e possíveis sanções (Raucci & Tarquinio, 2020; Tarquinio et al., 2020).

## **2.4 Diretiva (UE) 2022/2464**

Em dezembro de 2022, o Conselho da União Europeia (2022) aprovou a Diretiva (UE) 2022/2464 sobre os relatórios de sustentabilidade empresariais. Esta Diretiva (UE) 2022/2464 visa melhorar os requisitos atuais ao impulsionar a transição rumo a um sistema económico e financeiro totalmente sustentável e inclusivo, em sintonia com o Pacto Ecológico Europeu e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (Conselho da União Europeia, 2022).

As principais alterações normativas da Diretiva (UE) 2022/2464 em relação à Diretiva 2014/95/UE foram sintetizadas a seguir (PwC, 2023a):

- Alargamento do âmbito - um maior número de empresas será obrigado a reportar as INF's dependendo da estrutura da organização;
- *Standards* obrigatórias – as empresas terão de usar obrigatoriamente os *standards* de reporte de sustentabilidade da UE.
- Auditoria obrigatória – será exigido que o revisor oficial de contas execute um trabalho de auditoria de garantia limitada sobre os relatórios de sustentabilidade de uma empresa;
- Reporting digital – formato eletrónico de comunicação de informação de sustentabilidade de acordo com uma taxonomia digital específica;
- Inclusão no relatório de Gestão – a informação de sustentabilidade terá uma secção dedicada no relatório de gestão.

As empresas consideradas obrigadas a reportar segundo a Diretiva (UE) 2022/2464 devem incluir no reporte as informações necessárias para entender como as mesmas impactam as questões de sustentabilidade, bem como as informações cruciais para

compreender como as questões de sustentabilidade influenciam o desenvolvimento, desempenho e posição da empresa (Conselho da União Europeia, 2022).

As empresas pioneiras terão de seguir o novo *framework* das *European Sustainability Reporting Standards* (ESRS) pela primeira vez no ano fiscal de 2024, resultando na publicação dos primeiros relatórios em 2025 (Conselho da União Europeia, 2022).

As ESRS foram desenvolvidas com base em consulta pública, para alinhar-se com outros *frameworks* já existente ou em desenvolvimento por outras organizações, incluindo as normas da GRI. Este alinhamento permite que as empresas já estejam minimamente preparadas e, por isso, preparem relatórios sólidos e bem estruturados o mais célere possível (PwC, 2023b).

As informações ambientais requeridas pela Diretiva (UE) 2022/2464 (Conselho da União Europeia, 2022) foram consideradas na tabela 5.

<b>Fatores ambientais</b>	Atenuação das alterações climáticas.
	Adaptação às alterações climáticas.
	Recursos hídricos e marinhos.
	Utilização dos recursos e a economia circular.
	Poluição.
	Biodiversidade e os ecossistemas.

*Tabela 5. Informações sobre os fatores ambientais.*

Fonte: Adaptado de Conselho da União Europeia (2022)

As informações sobre os fatores sociais e relativos aos direitos humanos requeridas pela Diretiva (Conselho da União Europeia, 2022) foram apresentadas na tabela 6.

<b>Fatores sociais e relativos aos direitos humanos</b>	Igualdade de tratamento e oportunidades, formação, inclusão, prevenção da violência e assédio no trabalho, diversidade e condições laborais.
	Direitos humanos, incluindo liberdades fundamentais conforme os princípios democráticos e normas estabelecidas.

*Tabela 6. Informações sobre os fatores sociais e relativos aos direitos humanos.*

Fonte: Adaptado de Conselho da União Europeia (2022)

As informações sobre os fatores em matéria de governação exigidas (Conselho da União Europeia, 2022) foram reconhecidas na tabela 7.

<b>Fatores em matéria de governação</b>	O envolvimento e a competência dos órgãos de administração, direção e supervisão da empresa relativamente à sustentabilidade, incluindo a sua composição e acesso a conhecimentos especializados.
	As principais características dos sistemas de controlo interno e gestão de riscos da empresa em relação ao relato de sustentabilidade e à tomada de decisões.
	Os princípios éticos e a cultura organizacional da empresa, especialmente no que se refere à prevenção da corrupção e suborno, bem como à proteção de denunciadores e ao bem-estar dos animais.
	As ações empreendidas e as obrigações assumidas pela empresa no que diz respeito ao exercício da sua influência política.
	A gestão das relações com clientes, fornecedores e comunidades afetadas pelas atividades da empresa, incluindo as práticas de pagamento, especialmente no que se refere a pagamentos atrasados a pequenas e médias empresas.

Tabela 7. Fatores em matéria de governação.

Fonte: Adaptado de Conselho da União Europeia (2022)

Conforme a PwC (2023b), as diretrizes de relatórios de sustentabilidade aplicáveis às grandes empresas consistem em normas transversais e setoriais. As normas transversais compreendem 12 diretrizes desenvolvidas com base na Diretiva (UE) 2022/2464, abrangendo duas normais gerais e dez mas temáticas (ilustradas na figura 5).



Figura 5. Normas Transversais da Diretiva (UE) 2022/2464.

Fonte: PwC (2023b).

## 2.5 Resumo Comparativo entre as Normas GRI e as ESRS

As normas GRI, tradicionalmente adotadas de forma voluntária, têm sido fundamentais para orientar as empresas na divulgação de informações sobre impacto ambiental, social e de governação. Com a introdução da Diretiva (UE) 2022/2464, estabelece-se as ESRS como requisitos obrigatórios, marcando uma evolução significativa no panorama do reporte de sustentabilidade (Conselho da União Europeia, 2022).

A principal diferença entre as normas reside na abordagem da materialidade. Enquanto as GRI exploram a materialidade de impacto, as ESRS adotam uma abordagem de dupla materialidade, que amplia essa análise para incluir perspetivas financeiras. Isto implica que as empresas devem avaliar como as suas atividades impactam o ambiente e a sociedade, mas também como esses aspetos sustentáveis podem afetar financeiramente as suas operações (Wilhelm & Koch, 2024).

Os dois quadros normativos partilham uma base comum em termos de definições de impacto e conceitos-chave, assegurando uma alta compatibilidade entre os dois sistemas (EFRAG & GRI, 2023). As ESRS incorporaram muitas das abordagens de divulgação aplicadas pelas GRI, o que proporciona uma oportunidade para as empresas expandirem as suas práticas atuais sem encontrarem significativas dificuldades de adaptação (EFRAG & GRI, 2023). Este alinhamento garante que as entidades que já seguem as GRI têm um processo de transição relativamente direto para cumprir os novos requisitos das ESRS (EFRAG & GRI, 2023). Além disso, a interoperabilidade possibilita a inclusão de tópicos adicionais abordados pelas normas GRI nos relatórios com as ESRS, enriquecendo assim a abrangência e a profundidade da comunicação das práticas de sustentabilidade das empresas (Wilhelm & Koch, 2024).

A estreita cooperação entre o *European Financial Reporting Advisory Group* (EFRAG) e a GRI resultou num elevado nível de interoperabilidade entre os dois quadros normativos. As definições e conceitos partilhados garantem que as empresas que já reportam segundo as normas GRI estarão bem preparadas para transitar para as ESRS (EFRAG & GRI, 2023). Este alinhamento evita a duplicação de esforços e facilita um sistema de reporte mais coeso e eficiente (EFRAG & GRI, 2023).

## **CAPÍTULO II – METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO**

---

### 3 Metodologia de Investigação

#### 3.1 Objetivos da Investigação

A presente investigação pretende avaliar o impacto da implementação das ESRS, com base na divulgação dos indicadores GRI nas empresas do PSI e IBEX 35 durante o período de 2019 a 2022. O estudo visa investigar, através da análise de conteúdos, o nível de divulgação dos diferentes indicadores de desempenho ambiental, social e económico, e compara as práticas de reporte adotadas pelas empresas de Portugal e Espanha. Com isto, pretende-se considerar e comparar a preparação destas empresas na transição para os novos requisitos das ESRS, analisando como a experiência adquirida na adoção das normas GRI pode facilitar o cumprimento das novas exigências regulatórias.

A análise incide sobre as empresas que adotam as normas GRI, uma vez que são o conjunto de normas voluntárias mais utilizados globalmente, pela sua estrutura modular e pela abrangência dos temas que abordam (PwC, 2023b).

As empresas cotadas no PSI e no IBEX 35 já estavam sujeitas à obrigatoriedade de divulgação da sua INF em conformidade com a transposição da Diretiva 2014/95/UE nos respetivos países. Em Portugal, esta transposição foi efetuada pelo Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho, enquanto em Espanha foi realizada pelo *Real Decreto-ley* 18/2017, de 24 de novembro. Com a entrada em vigor da Diretiva (UE) 2022/2464, estas entidades deverão adotar o novo quadro normativo em 2024 e divulgar os relatórios de acordo com as novas normas em 2025, conforme estipulado.

Nesse sentido, pretende-se responder às seguintes questões de partida:

1. Qual o nível de divulgação dos indicadores de desempenho económico, ambiental e social nas empresas do PSI e IBEX 35 conforme as normas GRI?
2. Qual a tipologia dos indicadores de desempenho mais divulgada, em cada ano, pelas empresas do PSI e IBEX 35?
3. Qual o país com maior divulgação dos indicadores de desempenho consoante as normas GRI?
  - 3.1. Qual o país com maior divulgação dos indicadores económicos?
  - 3.2. Qual o país com maior divulgação dos indicadores ambientais?
  - 3.3. Qual o país com maior divulgação dos indicadores sociais?

4. Como as práticas de divulgação, com base nas normas GRI, posicionam as empresas do PSI e IBEX 35 para uma transição eficaz para os novos requisitos das ESRS, e qual país apresenta uma melhor preparação para essa transição?

### **3.2 Seleção da Amostra**

No que concerne à população a ser estudada nesta dissertação, esta é constituída por empresas ibéricas, mais concretamente as entidades integrantes do principal índice português cotadas na *Euronext* Lisboa, o *Portuguese Stock Index* (PSI), e também, as sociedades pertencentes ao principal índice da Bolsa de Valores de Madrid: o *Iberian Index 35* (IBEX 35).

A escolha de Portugal e Espanha para esta análise deve-se à proximidade geográfica e às semelhanças socioculturais e legais entre os dois países, tendo por base Posadas & Tarquinio (2021) que indicam uma abordagem uniforme de divulgação entre empresas italianas e espanholas, sugerindo que contextos legais e culturais semelhantes podem favorecer práticas de reporte sustentáveis análogas.

Foram selecionadas as empresas pertencentes aos dois índices à data de 31 de dezembro de 2023, resultando num total de 16 empresas portuguesas e 35 empresas espanholas. Ao consultar o Apêndice 1, é possível conferir a lista das empresas que constituem a população em estudo, sendo esta representativa das maiores entidades de Portugal e Espanha.

Contudo, a seleção da amostra resultou em reduções específicas a partir da população inicialmente proposta, devido a circunstâncias em que algumas organizações não disponibilizaram a INF para todos os quatro anos analisados ou utilizaram normas de reporte diferentes das GRI. Neste sentido, as empresas foram excluídas da amostra sempre que não apresentaram dados consistentes ou quando não seguiram as normas GRI. No Apêndice I é indicada a lista da população e identificado com “Sim” se foi possível obter a INF conforme o pretendido ou “Não” se não foi praticável.

Sendo assim, da listagem do Apêndice 1, não foram consideradas as empresas Greenvolt – Energias Renováveis, S.A., NOS, SGPS, S.A e REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A pertencentes ao PSI. No IBEX 35 foram excluídas as empresas ArcelorMittal S.A., Corporación Acciona Energías Renovables, S.A., International Consolidated

Airlines Group, S.A., Mediaset España Comunicación, S.A., Naturgy Energy Group, S.A., Banco Santander S.A., Solaria Energía Y Medio Ambiente, S.A. e Telefónica S.A..

Desta forma, foi apurada uma amostra de 13 empresas do PSI e 27 empresas do IBEX 35, totalizando 40 empresas.

### **3.3 Método de análise de dados**

Realizou-se uma análise quantitativa por meio de uma abordagem de análise de conteúdo para explorar e interpretar os dados recolhidos.

A análise de conteúdos quantitativa constitui uma técnica de investigação que visa a quantificação de dados textuais, permitindo a identificação de padrões e tendências de modo estatístico. Esta metodologia implica a conversão de dados qualitativos em quantitativos através de um processo sistemático de codificação. O processo de codificação envolve a atribuição de valores numéricos a segmentos de texto, facilitando subsequentemente a análise estatística para calcular frequências e percentagens (Shelley & Krippendorff, 1984). Na realidade, a análise de conteúdo tem sido amplamente aplicada em estudos académicos para avaliar a divulgação de informações não financeiras (Kuo et al., 2012).

A validade e a fiabilidade dos resultados são asseguradas através de um sistema de codificação bem definido e replicável. A categorização dos temas em grupos previamente definidos e a sua comparação objetiva ao longo do tempo permitem a deteção de mudanças e padrões significativos. Esta capacidade de comparação é essencial para a análise longitudinal, permitindo compreender a evolução dos fenómenos observados (Neuendorf, 2017).

Os estudos longitudinais constituem uma metodologia de investigação essencial para a compreensão das mudanças e tendências ao longo do tempo em diversos contextos. A análise de conteúdos quantitativa em estudos longitudinais é particularmente valiosa para detetar mudanças e tendências ao longo do tempo (Neuendorf, 2017).

### **3.4 Procedimentos da Análise**

#### **3.4.1 Recolha dos Dados**

Para a realização deste estudo, foram recolhidas as informações não financeiras através de RS e relatórios integrados do *website* de cada empresa pertencente à amostra

selecionada. Em cada relatório, a tabela das normas GRI sintetiza os indicadores abordados. Com base nessas tabelas padronizadas, os dados necessários para a análise foram extraídos de forma sistemática e meticulosa.

Foram analisados 160 relatórios, representando as práticas de divulgação de 40 empresas selecionadas listadas nos índices PSI (Portugal) e IBEX-35 (Espanha), ao longo de quatro anos. Estes dados proporcionam uma base comparativa consistente e abrangente para a análise.

### **3.4.2 Índice de Divulgação**

O nível de divulgação das INF's foi avaliado através do índice de divulgação proposto por Cooke (1989). A metodologia associada a este índice consiste em calcular o número de itens informativos presentes num relatório, com base numa lista predefinida que contempla todos os itens possíveis a serem divulgados (Cooke, 1989). Desta forma, o primeiro passo na construção do índice de divulgação envolveu a seleção dos itens relevantes para cada indicador. Conforme mencionado, o índice utilizado nesta análise incluiu itens baseados nos indicadores de desempenho das normas da GRI (GRI, 2024). Diversos estudos têm adotado os indicadores da GRI para quantificar a extensão da divulgação destas informações (Posadas & Tarquinio, 2021; Raucci & Tarquinio, 2020; Tarquinio et al., 2020).

Os indicadores estão distribuídos pelas três áreas de desempenho, com os indicadores económicos apresentados na Tabela 1 que totalizam 17, os indicadores ambientais detalhados na Tabela 2 a contabilizarem 31 e os indicadores sociais descritos na Tabela 3 a perfazerem um total de 36 (GRI, 2024).

Subsequentemente, foram estabelecidas regras para a codificação dos dados. Para avaliar a divulgação dos indicadores das normas GRI, recorreu-se ao Índice de Conteúdo GRI (GRI, 2024), que facilita a interpretação das informações recolhidas ao fornecer uma visão detalhada dos indicadores abordados. A presença ou a não aplicação de cada indicador nos relatórios foi codificada com a pontuação de 1, enquanto a sua ausência foi codificada com a pontuação de 0, atribuindo igual peso a todos os indicadores (Posadas & Tarquinio, 2021; Tarquinio et al., 2020), seguindo assim um sistema de codificação binário.

Para assegurar a fiabilidade e consistência da análise (Posadas & Tarquinio, 2021), os índices da GRI foram verificados em dois momentos distintos: a primeira verificação em

fevereiro de 2024 e a segunda em abril do mesmo ano. No processo de recolha de dados, foram criadas duas folhas de cálculo em Excel para cada análise. Após a comparação dos dados recolhidos, quaisquer discrepâncias identificadas foram minuciosamente analisadas de modo a garantir a precisão dos resultados.

Desta forma, foi possível determinar o número de indicadores económicos, ambientais e sociais divulgados por cada empresa e em cada ano. Posteriormente, após a atribuição de uma classificação binária, procedeu-se ao cálculo do nível de divulgação percentual de cada indicador, foram determinadas através da seguinte fórmula:

$$\text{Nível de Divulgação percentual do Indicador } i = \left( \frac{\sum_{j=1}^n D_{ij}}{n} \right) \times 100$$

Onde:

$i$  = Indicador  $i$  representa as normas GRI a serem analisadas, assumindo valores de desempenho económico, ambiental e social;

$j$  = Indicador  $j$  representa as empresas que constituem a amostra;

$D_{ij}$  = Representa a soma das divulgações do indicador  $i$  pelas empresas  $j$  da amostra, Variável dicotómica com valor 1 ou 0;

$n$  = número máximo de empresas  $j$  na amostra.

Assim, a fórmula calcula o nível de divulgação do indicador  $i$  no total das empresas  $j$  pertencentes à amostra ( $n = 40$ ), proporcionando uma medida padronizada e comparável da divulgação desse indicador específico. A multiplicação por 100 tem o propósito de converter o resultado em percentagem. Com isto foi possível responder à questão 1 da metodologia.

Após a análise dos níveis de divulgação de cada indicador de desempenho, realizou-se o agrupamento destes dados de modo a calcular a sua média percentual. Desse modo, obteve-se a resposta à segunda e parte da quarta questão de investigação.

Para finalizar e responder às duas últimas questões da investigação, foi utilizada a fórmula anterior primeiramente para as empresas portuguesas ( $n = 13$ ) e posteriormente para as empresas espanholas ( $n = 27$ ). Desta forma foi possível comparar os resultados das empresas de cada país.



## 4 Análise e discussão dos resultados

Neste capítulo são apresentados, analisados e discutidos os resultados obtidos pela metodologia aplicada para responder às questões de investigação.

O estudo analisou a divulgação da INF das empresas pertencentes ao PSI e IBEX 35 durante 4 anos, de 2019 a 2022. Primeiramente, investigou-se o nível de divulgação dos indicadores de desempenho, económico, ambiental e social, nas empresas do PSI e IBEX 35 segundo as normas GRI. Nesta primeira instância, foram analisadas as 40 empresas da amostra como um todo.

Posteriormente, verificou-se a tipologia dos indicadores de desempenho mais divulgados em cada ano pelas empresas do PSI e IBEX 35. Dessa forma, identificou-se quais tipos de indicadores que as empresas priorizam na divulgação, ao demonstrar às partes interessadas os resultados com maior transparência e detalhe.

De seguida, foi feita uma comparação entre as empresas do PSI e do IBEX 35, comparando o nível de divulgação dos indicadores de desempenho, económico, ambiental e social, nas empresas do PSI e IBEX 35 conforme as normas GRI. Deste modo, foi possível estabelecer uma comparação entre a divulgação das INF em Portugal e Espanha.

O estudo conclui com uma comparação dos países mais bem preparados para uma transição eficaz aos novos requisitos das ESRS. Esta análise foi realizada de forma prospetiva, com base nas divulgações já realizadas pelas empresas segundo as normas GRI.

Através da fórmula matemática apresentada no nível de divulgação foram apurados os resultados da primeira questão de partida.

**Questão 1.** Qual o nível de divulgação dos indicadores de desempenho económico, ambiental e social nas empresas do PSI e IBEX 35 conforme as normas GRI?

Cada indicador será observado separadamente, assim, iniciou-se a análise da questão pelos indicadores económicos, seguido dos ambientais e finalizando com os sociais. Na tabela 8 é possível verificar o grau de divulgação económico das empresas da amostra entre os anos de 2019 e 2022.

		2019	2020	2021	2022
<b>GRI 201 – Desempenho Económico</b>					
201-1	Valor económico direto gerado e distribuído	93%	98%	93%	93%
201-2	Implicações financeiras, riscos e oportunidades devido a alterações climáticas	73%	78%	80%	83%
201-3	Planos de benefícios e planos de pensão oferecidos pela organização	68%	68%	65%	63%
201-4	Apoio financeiro recebido pelo governo	70%	78%	80%	80%
<b>GRI 202 – Presença no mercado</b>					
202-1	Rácio salarial - entre o salário mais baixo, por género, e o salário mínimo local	43%	48%	58%	58%
202-2	Colaboradores em cargos de direção contratados localmente	53%	50%	53%	55%
<b>GRI 203 – Impactos económicos indiretos</b>					
203-1	Investimentos em infraestruturas e apoio a serviços	73%	73%	75%	80%
203-2	Impactos económicos indiretos	70%	73%	73%	80%
<b>GRI 204 – Práticas de compra</b>					
204-1	Despesas com fornecedores locais	73%	75%	78%	80%
<b>GRI 205 - Anticorrupção</b>					
205-1	Operações avaliadas quanto ao risco de corrupção	83%	83%	78%	90%
205-2	Comunicação e formação sobre políticas e procedimentos de combate à corrupção	98%	98%	95%	95%
205-3	Casos de corrupção e medidas tomadas	90%	95%	93%	93%
<b>GRI 206 – Concorrência desleal</b>					
206-1	Ações jurídicas por práticas de concorrência desleal, <i>antitrust</i> e monopólio	70%	75%	75%	78%
<b>GRI 207 - Impostos</b>					
207-1	Abordagem fiscal	5%	65%	80%	88%
207-2	Governança tributária, controlo e gestão de riscos	5%	65%	78%	85%
207-3	Envolvimento das partes interessadas e gestão de preocupações relacionadas com impostos	5%	60%	70%	75%
207-4	Relatórios país por país	5%	70%	80%	80%

Tabela 8. Grau de divulgação dos indicadores económicos de 2019 a 2022.

Fonte: Elaboração própria.

Entre 2019 e 2022, existiu um avanço na divulgação dos indicadores económicos segundo as normas GRI pelas empresas em análise. Registou-se um expressivo aumento na conformidade geral, evidenciando um compromisso crescente com a transparência e a RSE, ultrapassando desafios a nível mundial. A GRI 207 – Impostos desempenhou um papel crucial nessa evolução, mesmo que em 2019 tenha sido pouco comunicada devido à sua recente implementação, as empresas rapidamente se adaptaram, refletindo o interesse em seguir a evolução da divulgação das INF. A atenção dedicada à divulgação das normas GRI 205 - Anticorrupção e GRI 207 - Impostos, resultando em altos níveis de conformidade, pode ser justificada pelas exigências crescentes das partes interessadas e da regulamentação, como as diretivas da União Europeia (UE) e decretos dos respetivos

países. A necessidade de gerir riscos de forma transparente em ambientes económicos incertos impulsionou a melhoria na governação empresarial, tornando-se uma prioridade em tempos de instabilidade, como a pandemia, marcada por restrições e, também, desafios globais consideráveis.

A análise da norma GRI 201 – Desempenho económico revela tendências distintas: enquanto os planos de benefícios e planos de pensões, GRI 201-3, apresenta uma divulgação decrescente, o apoio financeiro recebido do governo, GRI 201-4, demonstra um notável crescimento, fixando-se em níveis mais elevados.

A consistência na divulgação do valor económico direto gerado e distribuído, GRI 201-1, reflete práticas sólidas de transparência económica, facilitada pelo facto de estas informações estarem integradas nos sistemas de contabilidade, o que elimina limitações na sua disponibilização. Por outro lado, a melhoria na divulgação das implicações financeiras, riscos e oportunidades associados às alterações climáticas, GRI 201-2, evidencia a crescente importância da RSE. Estes dados demonstram um compromisso crescente com a transparência na sustentabilidade, indicando que as organizações consideram a gestão dos impactos climáticos uma componente essencial da sua responsabilidade social e estratégia empresarial.

A GRI 202 – Presença no mercado reflete um aumento no nível de divulgação do rácio salarial entre o salário mais baixo, por género, e o salário mínimo local, GRI 202-1, com os dados divulgados a crescer de 43% em 2019 para 58% em 2022. Em contraste, a percentagem de colaboradores em cargos de direção contratados localmente, GRI 202-2, manteve-se estável, oscilando de 53% em 2019 para 55% em 2022. Estes dados sugerem uma progressão moderada na divulgação, sublinhando a importância de um compromisso contínuo com a transparência na igualdade salarial e na contratação local, elementos essenciais para a construção da confiança e da reputação da empresa.

Referente às normas GRI 203 – Impactos económicos indiretos e GRI 204 – Práticas de compra, observa-se um crescimento na divulgação de práticas sustentáveis. Os investimentos em infraestruturas e apoio a serviços, GRI 203-1, e os impactos económicos indiretos, GRI 203-2, atingiram ambos os 80% de conformidade em 2022. Simultaneamente, as despesas com fornecedores locais, GRI 204-1, aumentaram de 73% em 2019 para 80% em 2022, evidenciando um compromisso crescente com o desenvolvimento sustentável e o apoio às economias locais.

Quanto à norma GRI 206 – Concorrência desleal, observou-se um substancial aumento na divulgação de ações jurídicas por práticas de concorrência desleal, atingindo 78% em 2022. Este incremento evidencia a postura proativa das empresas em combater práticas desleais e manter a conformidade com as leis *antitrust*.

Posteriormente, procede-se à análise dos indicadores ambientais do PSI e IBEX 35.

		2019	2020	2021	2022
<b>GRI 301 - Materiais</b>					
301-1	Materiais utilizados	75%	78%	78%	80%
301-2	Materiais reciclados utilizados	60%	55%	63%	58%
301-3	Produtos e embalagens recuperados	48%	43%	45%	38%
<b>GRI 302 - Energia</b>					
302-1	Consumo direto de energia	98%	95%	100%	98%
302-2	Consumo indireto de energia	73%	58%	65%	58%
302-3	Intensidade energética	80%	80%	80%	88%
302-4	Redução do consumo de energia	85%	83%	85%	88%
302-5	Reduções nas necessidades energéticas dos produtos e serviços	68%	65%	60%	68%
<b>GRI 303 - Água</b>					
303-1	Consumo total de água, por fonte	83%	88%	83%	85%
303-2	Recursos hídricos afetados pela captação de água	58%	83%	85%	88%
303-3	Água reciclada e reutilizada	68%	80%	80%	88%
303-4	Desperdício de água	15%	65%	68%	73%
303-5	Consumo de água	20%	75%	80%	80%
<b>GRI 304 - Biodiversidade</b>					
304-1	Zonas protegidas	65%	73%	80%	78%
304-2	Impactos na biodiversidade	63%	68%	80%	75%
304-3	Habitat protegidos ou restaurados	53%	60%	68%	73%
304-4	Espécies em risco de extinção	48%	48%	55%	55%
<b>GRI 305 - Emissões</b>					
305-1	Emissões diretas de Gases de Efeito de Estufa (GEE)	95%	98%	100%	100%
305-2	Emissões indiretas de GEE	93%	95%	100%	100%
305-3	Outas emissões indiretas de GEE	85%	85%	85%	95%
305-4	Intensidade de emissões de GEE	83%	83%	90%	93%
305-5	Redução de emissões de GEE	83%	83%	85%	90%
305-6	Emissões de substâncias destruidoras da camada do ozono	63%	58%	60%	58%
305-7	Óxidos de Nitrogénio, óxidos de enxofre e outras emissões atmosféricas	68%	73%	80%	73%
<b>GRI 306 - Efluentes e resíduos</b>					
306-1	Produção de efluentes líquidos	60%	58%	78%	85%
306-2	Resíduos por tipo e por destino	85%	90%	95%	93%
306-3	Ocorrência de derrames	63%	68%	90%	93%
306-4	Resíduos perigosos transportados	48%	48%	70%	83%
306-5	Descargas de água e drenagem	55%	53%	68%	83%
<b>GRI 308 - Avaliação ambiental de fornecedores</b>					
308-1	Novos fornecedores que foram selecionados com base em critérios ambientais	80%	73%	80%	88%
308-2	Impactos ambientais negativos na cadeia de fornecimento e medidas tomadas	70%	70%	75%	68%

*Tabela 9. Grau de divulgação dos indicadores ambientais de 2019 a 2022.*

Fonte: Elaboração própria.

Na Tabela 9 foram recolhidas as percentagens de divulgação dos indicadores ambientais conforme as normas GRI para uma amostra de empresas pertencentes ao PSI e IBEX 35, durante os anos de 2019 a 2022. Esta análise permite observar a evolução do compromisso ambiental das empresas, como um todo, ao longo deste período, identificando tendências nas práticas de sustentabilidade, bem como os principais desafios.

Ao analisar a GRI 301 – Materiais observou-se que a percentagem dos materiais utilizados, GRI 301-1, aumentou ligeiramente de 75% em 2019 para 80% em 2022, o que indica um crescente interesse em reportar a utilização de materiais, provavelmente motivado por uma maior consciência sobre a transparência na divulgação do uso dos recursos. Por outro lado, os materiais reciclados utilizados, GRI 301-2, apresentaram uma volatilidade significativa, com uma diminuição de 60% em 2019 para 55% em 2020, recuperando para 63% em 2021 e caindo novamente para 58% em 2022. Esta oscilação pode estar relacionada a dificuldades em quantificar com precisão os materiais reciclados efetivamente reutilizados, o que impacta diretamente a sua divulgação. Em paralelo, a divulgação dos produtos e embalagens recuperados, GRI 301-3, apresentou uma tendência de queda contínua, passando de 48% em 2019 para 38% em 2022, o que pode indicar desafios no desenvolvimento de sistemas de recuperação ou na mensuração adequada desses processos.

Quanto à norma GRI 302 – Energia, verificaram-se resultados variáveis, mas geralmente positivos. A divulgação do consumo direto de energia, GRI 302-1, manteve-se elevada e estável, com pequenas flutuações, o que demonstra uma forte exigência de clareza neste domínio. Para o consumo indireto de energia, GRI 302-2, analisou-se uma queda significativa de 73% em 2019 para 58% em 2020, mantendo-se entre 65% e 58% nos anos seguintes, refletindo possíveis complicações na medição ou no reporte deste tipo de consumo. A intensidade energética, GRI 302-3, manteve-se estável em 80% até 2021 e aumentou para 88% em 2022, enquanto a redução do consumo de energia, GRI 302-4, oscilou ligeiramente, porém manteve-se elevada, realçando um empenho por parte das empresas em reduzir o seu consumo de energia. As reduções nas necessidades energéticas dos produtos e serviços, GRI 302-5, variaram com um declínio em 2021 para 60% e

recuperaram para 68% em 2022, apontando para esforços variáveis nas inovações de produtos e serviços mais eficientes em termos energéticos.

No que diz respeito à norma GRI 303 – Água, observa-se uma tendência geral de aumento na divulgação dos indicadores. A divulgação sobre o consumo total de água, por fonte, GRI 303-1, manteve-se elevada, variando entre 83% e 88%, o que reflete uma forte preocupação em reportar informações sobre a gestão hídrica. A percentagem de divulgação sobre os recursos hídricos afetados pela captação de água, GRI 303-2, aumentou de 58% para 88%, sugerindo uma crescente consciência das empresas sobre a escassez de água e o impacto ambiental associado à captação. A divulgação relativa à utilização de água reciclada e reutilizada, GRI 303-3, registou um aumento constante, atingindo 88% em 2022. A percentagem de divulgação sobre o desperdício de água, GRI 303-4, cresceu drasticamente de 15% para 73%, evidenciando uma atenção crescente das empresas para relatar dados de minimização de desperdício e a importância atribuída a esta questão. Por fim, a divulgação sobre o consumo de água, GRI 303-5, aumentou significativamente de 20% em 2019 para 80% em 2022, reforçando o compromisso das empresas em disponibilizar mais informações sobre a gestão hídrica.

Relativamente à divulgação dos indicadores da norma GRI 304 - Biodiversidade, observa-se uma crescente preocupação com a proteção ambiental. A percentagem de divulgação sobre as zonas protegidas, GRI 304-1, aumentou até 2021, seguida por uma ligeira queda em 2022, o que sugere um compromisso com a conservação, mas destaca a necessidade de atenção contínua ao reporte desta informação. A divulgação sobre os impactos empresariais na biodiversidade, GRI 304-2, também aumentou, refletindo uma maior responsabilidade ambiental por parte das empresas. Além disso, o nível de divulgação dos esforços para proteger ou restaurar habitats, GRI 304-3, evidencia iniciativas proativas no reporte de tais ações. No entanto, as melhorias na divulgação sobre espécies em risco de extinção, GRI 304-4, foram modestas, salientando os desafios persistentes na identificação e reporte dessas espécies.

Os níveis de divulgação dos indicadores de emissões, GRI 305, apresentaram uma tendência positiva. A divulgação sobre as emissões diretas de Gases de Efeito de Estufa (GEE), GRI 305-1, aumentou de 95% para 100%, refletindo uma recolha exemplar no reporte deste indicador. Da mesma forma, a divulgação das emissões indiretas de GEE, GRI 305-2, também atingiu 100% em 2021 e 2022, demonstrando uma maior exigência das empresas na comunicação destes dados. A divulgação das outras emissões indiretas

de GEE, GRI 305-3, manteve-se elevada, subindo para 95% em 2022. A percentagem de reporte sobre a intensidade das emissões, GRI 305-4, aumentou de 83% para 93%, sugerindo um esforço crescente no reporte desse indicador, enquanto a divulgação sobre a redução geral das emissões de GEE, GRI 305-5, subiu de 83% para 90%, evidenciando um compromisso crescente com este aspeto. Em contrapartida, a divulgação sobre as emissões de substâncias que degradam a camada de ozono, GRI 305-6, apresentou uma ligeira diminuição, sugerindo desafios na medição e reporte. Por fim, a exposição relativa à medição de óxidos de azoto, óxidos de enxofre e outras emissões atmosféricas, GRI 305-7, manteve-se estável, com pequenas oscilações.

Referente à norma GRI 306 – Efluentes e resíduos, observou-se um aumento significativo na divulgação. Os dados sobre a produção de efluentes líquidos, GRI 306-1, subiram de 60% para 85%, evidenciando um compromisso sólido com a gestão deste tema. A informação relativa aos resíduos, tanto por tipo como por destino, GRI 306-2, atingiu 95% em 2021, mantendo-se elevada em 93% em 2022, o que demonstra rigor na categorização. A ocorrência de derrames, GRI 306-3, registou uma taxa de 93% na sua divulgação em 2022, refletindo o espírito proativo das empresas no controlo de incidentes. As informações relativas ao transporte de resíduos perigosos, GRI 306-4, aumentaram de 48% para 83%, sublinhando a pertinência de uma gestão responsável. Por fim, as descargas de água e drenagem, GRI 306-4, alcançaram 83% em 2022, evidenciando uma abordagem consciente na administração dos recursos hídricos.

Para concluir a análise dos indicadores ambientais, foi analisada a divulgação da norma GRI 308 – Avaliação ambiental de fornecedores. Em particular, foi examinada a percentagem de fornecedores selecionados com base em critérios ambientais, GRI 308-1, cuja divulgação se manteve elevada, atingindo 88% em 2022, evidenciando um sólido compromisso das empresas em comunicar a escolha de parceiros sustentáveis. Em contrapartida, a divulgação dos impactos ambientais negativos na cadeia de fornecimento, GRI 308-2, apresentou variações, com um pico de 75% em 2021 e uma redução para 68% em 2022. Esta diminuição pode sinalizar desafios na mensuração e reporte desses impactos, sublinhando a necessidade de implementar estratégias mais eficazes para assegurar a sustentabilidade na cadeia de fornecimento.

Para concluir a questão 1 foi feita a análise à divulgação dos indicadores sociais do PSI e do IBEX 35. O grau de divulgação social das empresas incluídas na amostra, referente ao

período de 2019 a 2022, foi avaliado e repartida pelas seguintes tabelas: tabela 10 - Práticas Laborais e Condições de Trabalho, 11 - Direitos Humanos e 12 - Sociedade.

		2019	2020	2021	2022
<b>GRI 401 – Emprego</b>					
401-1	Novas contratações e rotatividade de colaboradores	93%	93%	98%	95%
401-2	Benefícios a colaboradores em tempo integral	73%	75%	78%	80%
401-3	Licença parental	73%	68%	73%	78%
<b>GRI 402 – Relações laborais</b>					
402-1	Prazo mínimo de aviso sobre mudanças operacionais	65%	68%	68%	75%
<b>GRI 403 – Saúde e segurança no trabalho</b>					
403-1	Sistema de gestão de saúde e segurança no trabalho	78%	95%	98%	98%
403-2	Tipos e taxas de lesões e doenças relacionadas com o trabalho	93%	95%	95%	93%
403-3	Colaboradores com elevada incidência ou risco de doenças relacionadas com o trabalho	73%	95%	95%	95%
403-4	Acordos formais com sindicatos	68%	95%	100%	98%
403-5	Formação de trabalhadores em saúde e segurança no trabalho	20%	85%	93%	98%
403-6	Promoção da saúde dos trabalhadores	23%	85%	93%	95%
403-7	Prevenção e mitigação de impactos	23%	80%	85%	90%
403-8	Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de saúde e segurança no trabalho	23%	73%	78%	80%
403-9	Acidentes de trabalho	23%	88%	98%	98%
403-10	Doenças profissionais	23%	78%	83%	85%
<b>GRI 404 – Formação e educação</b>					
404-1	Horas de formação	98%	100%	100%	100%
404-2	Gestão de competências e aprendizagem contínua	85%	88%	93%	98%
404-3	Avaliações de desempenho e de desenvolvimento de carreira	85%	78%	80%	88%
<b>GRI 405 - Diversidade e igualdade de oportunidades</b>					
405-1	Composição dos órgãos sociais	90%	93%	98%	100%
405-2	Salário base e remuneração da mulher e do homem	83%	88%	93%	95%
<b>GRI 406 – Não discriminação</b>					
406-1	Casos de discriminação e medidas tomadas	73%	83%	85%	95%

*Tabela 10. Grau de divulgação dos indicadores sociais de 2019 a 2022 - Práticas Laborais e Condições de Trabalho.*

Fonte: Elaboração própria.

Foram estudadas as percentagens de divulgação dos indicadores sociais, reportadas pelas empresas do PSI e IBEX 35 entre 2019 e 2022. Esta análise revela a progressão do compromisso social das organizações ao longo dos anos, permitindo identificar padrões nas práticas laborais e nas iniciativas de responsabilidade social, além de evidenciar tanto os avanços alcançados como as áreas que necessitam de maior atenção.

Na tabela 10 os indicadores de emprego, GRI 401, refletem um compromisso contínuo com as práticas laborais. A divulgação sobre novas contratações e rotatividade de colaboradores, GRI 401-1, manteve-se elevada, variando entre 93% e 98% de 2019 a 2021, reduzindo ligeiramente para 95% em 2022, indicando estabilidade na partilha de informações de recrutamento, mesmo numa época marcada pela incerteza económica e social. A divulgação dos benefícios concedidos a colaboradores a tempo integral, GRI 401-2, cresceu progressivamente de 73% em 2019 para 80% em 2022, demonstrando uma maior preocupação das empresas em divulgar as condições e cuidados com os seus funcionários. A licença parental, GRI 401-3, também apresentou variação na divulgação, passando de 73% para 78%, evidenciando um crescente reconhecimento da importância do apoio aos colaboradores durante os momentos importantes da vida particular.

A divulgação dos dados relativos ao prazo mínimo de aviso para mudanças operacionais, GRI 402-1, aumentou em 10 pontos percentuais entre 2019 e 2022. Este incremento sugere um reforço na comunicação sobre as relações laborais, GRI 402, das empresas com os colaboradores durante períodos de alterações operacionais, contribuindo para um ambiente de trabalho mais positivo e colaborativo.

Em relação aos indicadores de saúde e segurança no trabalho, GRI 403, observou-se um progresso substancial na divulgação. A divulgação sobre a implementação de sistemas de gestão, GRI 403-1, manteve-se elevada, atingindo 98%, o que reflete o compromisso das empresas em comunicar os esforços para assegurar um ambiente de trabalho seguro. A divulgação das taxas de lesões e doenças relacionadas com o trabalho, GRI 403-2, variou entre 93% e 95%, sugerindo uma gestão eficaz da segurança laboral. De forma similar, a divulgação da incidência de doenças ocupacionais entre colaboradores, GRI 403-3, permaneceu em 95%, evidenciando uma constância no reporte dessa temática. Além disso, a formalização de acordos com sindicatos, GRI 403-4, aumentou significativamente para 98%, e a formação em saúde e segurança no trabalho, GRI 403-5, cresceu igualmente para 98% em 2022, demonstrando um esforço intensivo das empresas na comunicação de práticas de proteção e formação dos trabalhadores. A divulgação da promoção da saúde, GRI 403-6, atingiu 95% em 2022, e a prevenção de impactos, GRI 403-7, subiu consideravelmente, indicando um foco crescente em reportar condições laborais adequadas. Igualmente, a cobertura por um sistema de gestão de saúde e segurança no trabalho, GRI 403-8, alcançou 80% em 2022, refletindo o compromisso das empresas com a transparência na comunicação sobre condições de trabalho mais

seguras. A taxa de reporte de acidentes de trabalho, GRI 403-9, chegou a 98%, demonstrando maior transparência. Por fim, a divulgação de dados sobre doenças profissionais, GRI 403-10, aumentou para 85%, sublinhando o compromisso com a monitorização e comunicação eficaz desses desafios.

Em relação à GRI 404 - Formação e educação, observou-se um compromisso sólido com a divulgação das práticas de desenvolvimento dos colaboradores. A percentagem de divulgação das horas de formação, GRI 404-1, manteve-se consistentemente em 100% desde 2019, evidenciando uma dedicação contínua à capacitação. A divulgação sobre gestão de competências e aprendizagem contínua, GRI 404-2, aumentou de 85% para 98%, indicando uma ênfase crescente nesse domínio. As avaliações de desempenho e desenvolvimento de carreira, GRI 404-3, registaram um aumento na divulgação para 88% em 2022, sublinhando a importância atribuída à progressão profissional.

Os indicadores relacionados com a diversidade e igualdade de oportunidades, GRI 405, refletem um compromisso crescente das empresas com a divulgação e a clareza das informações. A divulgação da composição dos órgãos sociais, GRI 405-1, atingiu 100% em 2022, evidenciando um esforço contínuo para promover abertura nas informações partilhadas. Em relação ao salário base e à remuneração, GRI 405-2, o nível de divulgação aumentou para 95%, indicando progressos significativos rumo à equidade salarial. Por fim, a divulgação sobre casos de discriminação e as medidas tomadas, GRI 406-1, subiu para 95% em 2022, demonstrando uma abordagem proativa das empresas na comunicação de ações de prevenção e combate à discriminação no local de trabalho.

<b>GRI 407– Liberdade de associação e negociação coletiva</b>					
<b>407-1</b>	Operações e fornecedores em que o direito à liberdade sindical e à negociação coletiva pode estar em risco	73%	78%	85%	88%
<b>GRI 408 – Trabalho infantil</b>					
<b>408-1</b>	Risco significativo de incidentes de trabalho infantil	73%	78%	78%	83%
<b>GRI 409 - Trabalho forçado ou análogo ao escravo</b>					
<b>409-1</b>	Risco de incidentes de trabalho forçado ou análogo ao escravo	73%	78%	80%	85%
<b>GRI 410 - Práticas de segurança</b>					
<b>410-1</b>	Pessoal de segurança que recebeu formação	53%	50%	53%	58%

*Tabela 11. Grau de divulgação dos indicadores sociais de 2019 a 2022 - Direitos Humanos.*

Fonte: Elaboração própria.

Na tabela 11 foi estudada a divulgação dos indicadores que constituem os Direitos Humanos.

A divulgação dos indicadores relacionados com a GRI 407 – Liberdade de associação e negociação coletiva demonstra um compromisso crescente, com o percentual de operações e fornecedores em que esses direitos estão em risco, GRI 407-1, a aumentar de 73% em 2019 para 88% em 2022. Essa evolução reflete uma sensibilização das empresas sobre a importância de comunicar condições que respeitem os direitos dos trabalhadores. Relacionado a este compromisso, o risco de trabalho infantil, GRI 408-1, também teve um aumento na divulgação, passando de 73% para 83%, demonstrando um maior reconhecimento da necessidade de abordar essa questão crítica. Similarmente, a divulgação do risco de trabalho forçado ou análogo ao escravo, GRI 409-1, aumentou de 73% para 85%, indicando uma crescente conscientização sobre a gravidade do problema e a importância de transparência nesta temática. No campo das práticas de segurança, GRI 410, a formação de pessoal de segurança subiu ligeiramente de 53% em 2019 para 58% em 2022, destacando a necessidade de continuar a investir na educação dos colaboradores para prevenir abusos e proteger os mesmos.

Por fim, será analisada a Tabela 12, que apresenta o reporte dos indicadores sociais relacionados com a sociedade.

<b>GRI 411 – Direito dos povos indígenas</b>					
<b>411-1</b>	Casos de violações dos direitos dos povos indígenas e medidas tomadas	43%	50%	45%	50%
<b>GRI 413 – Comunidades locais</b>					
<b>413-1</b>	Programas de envolvimento	93%	90%	98%	90%
<b>413-2</b>	Operações com impactos negativos nas comunidades locais	63%	65%	68%	65%
<b>GRI 414 – Avaliação social de fornecedores</b>					
<b>414-1</b>	Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais	75%	78%	80%	80%
<b>414-2</b>	Impactos sociais negativos na cadeia de suprimentos e medidas tomadas	70%	65%	75%	73%
<b>GRI 415 – Políticas públicas</b>					
<b>415-1</b>	Contribuições políticas	65%	75%	78%	83%
<b>GRI 416 – Saúde e segurança do cliente</b>					
<b>416-1</b>	Impactos na saúde e segurança causados por produtos e serviços	58%	60%	60%	60%
<b>416-2</b>	Casos de não conformidade	50%	53%	53%	55%
<b>GRI 417 – Rotulagem de produtos e serviços</b>					
<b>417-1</b>	Informações sobre produtos e serviços	58%	55%	58%	60%
<b>417-2</b>	Casos de não conformidade em relação a informações e rotulagem	53%	50%	53%	58%
<b>417-3</b>	Casos de não conformidade em relação a comunicações de marketing	50%	48%	53%	58%
<b>GRI 418 – Privacidade do cliente</b>					
<b>418-1</b>	Reclamações fundamentadas relativas à violação de privacidade dos clientes	65%	65%	68%	68%

*Tabela 12. Grau de divulgação dos indicadores sociais de 2019 a 2022 - Sociedade.*

Fonte: Elaboração própria.

A divulgação dos indicadores relativos aos direitos dos povos indígenas, GRI 411, revela uma atenção crescente, com a percentagem de casos de violações e as medidas correspondentes, GRI 411-1, subindo de 43% para 50% entre 2019 e 2022, embora tenha apresentado uma ligeira oscilação. Isso sublinha a necessidade de um compromisso mais robusto para garantir uma maior divulgação neste campo. Por outro lado, a divulgação dos indicadores de envolvimento com comunidades locais, GRI 413, mostra um panorama misto: os programas de envolvimento, GRI 413-1, mantiveram-se elevados, com 90% em 2022, após um pico de 98% em 2021, enquanto a comunicação sobre operações com impactos negativos nas comunidades locais, GRI 413-2, apresentou uma ligeira queda para 65%. Esta redução pode indicar um reconhecimento das empresas sobre a necessidade de abordar questões mais complexas ou desafiadoras, mas também ressalta a importância de mitigar os impactos sociais das suas operações. Um compromisso claro com a transparência é essencial para fomentar a confiança entre as partes interessadas e demonstrar maior RSE.

A divulgação dos indicadores de avaliação social de fornecedores, GRI 414, revelou progressos significativos, com a percentagem de novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais, GRI 414-1, a manter-se em 80% desde 2021, o que indica um compromisso sólido das empresas em promover práticas de RSE na cadeia de suprimentos. No entanto, a taxa de impactos sociais negativos, GRI 414-2, registou uma ligeira diminuição, alcançando 73% em 2022, sugerindo que, apesar da melhoria na seleção de fornecedores, ainda existem desafios a enfrentar. Estes dados indicam que as empresas tendem a divulgar com mais frequência os resultados positivos, enquanto procuram ocultar aqueles que são menos favoráveis, o que pode comprometer a credibilidade da sua imagem perante as partes interessadas. Este comportamento está em conformidade com outros estudos que indicam que as empresas divulgam o mínimo necessário para cumprir a legislação, em vez de procurarem melhorar a transparência (Posadas & Tarquinio, 2021; Raucci & Tarquinio, 2020).

Em relação aos indicadores de políticas públicas, GRI 415, as contribuições políticas, GRI 415-1, aumentaram para 83%, demonstrando uma maior transparência e o envolvimento das empresas em questões políticas, o que reflete o alinhamento com as expectativas dos *stakeholders*. No âmbito da saúde e segurança do cliente, GRI 416, a percentagem de reporte sobre os impactos na saúde e segurança resultantes de produtos e serviços, GRI 416-1, manteve-se em 60%. Contudo, os casos de não conformidade, GRI

416-2, aumentaram para 55%, evidenciando a necessidade de reforçar as medidas de conformidade para assegurar a segurança do consumidor.

Além disso, os indicadores de rotulagem de produtos e serviços, GRI 417, indicam que a percentagem de reporte sobre informações de produtos, GRI 417-1, aumentou para 60%, um resultado positivo. No entanto, os casos de não conformidade em rotulagem, GRI 417-2, e nas comunicações de marketing, GRI 417-3, apresentaram melhorias limitadas.

Por fim, a análise sobre a privacidade do cliente, GRI 418, revelou que 68% das reclamações fundamentadas relativas a violações de privacidade, GRI 418-1, foram tratadas adequadamente, sublinhando a importância de uma abordagem contínua na proteção dos dados dos clientes. Em síntese, a avaliação destes indicadores evidencia não apenas avanços nas práticas sociais, mas também a urgência de intensificar os esforços em áreas que ainda requerem atenção e compromisso sustentado.

Após a análise dos níveis de divulgação de cada indicador de desempenho, realizou-se o agrupamento destes dados de modo a calcular a sua média percentual. Assim, foi possível obter a resposta à segunda questão de investigação.

**Questão 2.** Qual a tipologia dos indicadores de desempenho mais divulgada, em cada ano, pelas empresas do PSI e IBEX 35?

A análise dos dados de divulgação dos indicadores de desempenho económico, ambiental e social pelas empresas do PSI e IBEX 35 durante os anos de 2019 a 2022 permite identificar claramente quais tipologias se destacaram em termos de visibilidade e compromisso por parte das organizações.

<b>Divulgações Económicas</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>
Desempenho Económico	76%	80%	79%	79%
Presença no mercado	48%	49%	55%	56%
Impactos económicos indiretos	71%	73%	74%	80%
Práticas de compra	73%	75%	78%	80%
Anticorrupção	90%	92%	88%	93%
Concorrência desleal	70%	75%	75%	78%
Impostos	5%	65%	77%	82%
<b>Média Anual (%)</b>	<b>62%</b>	<b>73%</b>	<b>75%</b>	<b>78%</b>

*Tabela 13. Média da divulgação dos indicadores de Desempenho Económico.*

Fonte: Elaboração própria.

Conforme ilustrado na Tabela 13, os aspetos com a média percentual dos quatro anos mais elevada em relação aos indicadores económicos são Anticorrupção, Desempenho Económico e Práticas de Compra, evidenciando que estes temas são considerados de maior relevância para as empresas ao longo do período analisado, de 2019 a 2022. Esta constatação é corroborada pelo estudo da autora Baptista (2022), que referiu que os mesmos indicadores com maior grau de divulgação para uma amostra de empresas portuguesas. Além disso, estudos anteriores destacam o indicador do Desempenho Económico, uma vez que a sua relevância é atribuída à ampla disponibilidade de dados pertinentes nos sistemas de contabilidade das empresas (Posadas & Tarquinio, 2021; Raucci & Tarquinio, 2020).

Por outro lado, os aspetos Presença no Mercado e Impostos destacam-se como os de menor divulgação, apresentando níveis substancialmente mais baixos ao longo do período de referência. Esta observação está em consonância com o estudo de Posadas & Tarquinio (2021) que destacou o indicador relacionado à Presença no Mercado como sendo sempre o menos comunicado na Divulgação dos Indicadores Económicos.

De forma geral, a média de divulgação dos indicadores económicos foi de 62% em 2019, aumentando para 73% em 2020 e atingindo 75% em 2021, com um novo aumento para 78% em 2022. Esta evolução demonstra que as empresas estão cada vez mais atentas e diligentes ao cumprirem as suas obrigações de reporte das INF, refletindo assim um compromisso contínuo com a RSE.

<b>Divulgações Ambientais</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>
Materiais	61%	58%	62%	58%
Energia	81%	76%	78%	80%
Água	49%	78%	79%	83%
Biodiversidade	57%	62%	71%	70%
Emissões	81%	82%	86%	87%
Efluentes e Resíduos	62%	63%	80%	87%
Avaliação ambiental de fornecedores	75%	71%	78%	78%
<b>Média Anual (%)</b>	<b>66%</b>	<b>70%</b>	<b>76%</b>	<b>77%</b>

*Tabela 14. Média da divulgação dos indicadores de Desempenho Ambiental.*

Fonte: Elaboração própria.

Conforme indicado na Tabela 14, os indicadores ambientais com a média percentual mais elevada nos anos estudados são Emissões, Energia e Avaliação Ambiental de Fornecedores, o que revela uma crescente priorização destas questões pelas empresas ao longo do período de 2019 a 2022. Importa salientar que, conforme evidenciado no estudo

Raucci & Tarquinio (2020), já se observava uma tendência de crescimento do indicador relacionado de Emissões, que, embora tenha sido o menos reportado em 2012, tornou-se o mais divulgado em 2017. Contrariamente às conclusões anteriores, Baptista (2022) identifica a Avaliação Ambiental de Fornecedores como o indicador com a média de divulgação inferior ao longo do período estudado, sugerindo um aumento na relevância atribuída a este indicador entre os diversos contextos analisados.

Os aspetos relacionados com Materiais e Biodiversidade mostraram-se como os menos reportados, com níveis de divulgação que não ultrapassaram os 62% e 71%, respetivamente. Esta situação sugere uma subavaliação por parte das organizações sobre a importância dessas questões, que têm cada vez mais relevância no contexto atual e nas expectativas sociais. Da mesma forma, Baptista (2022) também identificou a Biodiversidade e Materiais como os indicadores ambientais menos reportados, o que evidencia uma concordância entre as análises realizadas.

Em termos gerais, a média de divulgação dos indicadores ambientais começou em 66% em 2019 e atingiu 77% em 2022, evidenciando que as empresas se adaptaram rapidamente às novas exigências do mercado. Esta evolução reflete uma resposta proativa das organizações às crescentes exigências por responsabilidade ambiental e um compromisso com a sua pegada ecológica.

<b>Divulgação dos Indicadores Sociais</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>
Emprego	79%	78%	83%	84%
Relações laborais	65%	68%	68%	75%
Saúde e segurança no trabalho	44%	87%	92%	93%
Formação e educação	89%	88%	91%	95%
Diversidade e igualdade de oportunidades	86%	90%	95%	98%
Não discriminação	73%	83%	85%	95%
Liberdade de associação e negociação coletiva	73%	78%	85%	88%
Trabalho infantil	73%	78%	78%	83%
Trabalho forçado ou análogo ao escravo	73%	78%	80%	85%
Práticas de segurança	53%	50%	53%	58%
Direito dos povos indígenas	43%	50%	45%	50%
Comunidades locais	78%	78%	83%	78%
Avaliação social de fornecedores	73%	71%	78%	76%
Políticas públicas	65%	75%	78%	83%
Saúde e segurança do cliente	54%	56%	56%	58%
Rotulagem de produtos e serviços	53%	51%	54%	58%
Privacidade do cliente	65%	65%	68%	68%
<b>Média Anual (%)</b>	<b>67%</b>	<b>72%</b>	<b>75%</b>	<b>78%</b>

*Tabela 15. Média da divulgação dos indicadores de Desempenho Social.*

Fonte: Elaboração própria.

Conforme os dados apresentados na Tabela 15, os indicadores sociais com as médias percentuais de divulgação mais elevadas são Saúde e Segurança no Trabalho, Formação e Educação, e Diversidade e Igualdade de Oportunidades, evidenciando um compromisso crescente das empresas em divulgar práticas que promovem ambientes laborais inclusivos e equitativos ao longo do período analisado.

Em contrapartida, os aspetos relativos a Direitos dos povos indígenas, Práticas de segurança e Rotulagem de produtos e serviços demonstraram-se menos proeminentes, apresentando níveis de comunicação que não excederam 58%. Esta realidade sugere uma subavaliação por parte das empresas em relação à importância destas questões, corroborando as conclusões de Tarquinio et al. (2018), que indicam que, nos países onde estas empresas operam, já existem padrões legais de proteção aos direitos humanos.

De forma geral, a média de divulgação dos indicadores sociais iniciou-se em 67% em 2019, alcançando os 78% em 2022, refletindo que as empresas se adaptaram prontamente às novas expectativas do mercado e aos desafios globais, enquanto renovaram esforços para mitigar os impactos sociais das suas operações. Essa evolução não só reforça o compromisso das empresas com a RSE, mas também destaca a necessidade de uma abordagem inclusiva e solidária, reconhecendo a importância de promover os direitos e o bem-estar dos colaboradores.

A análise das médias anuais de divulgação dos indicadores de desempenho pelas empresas do PSI e IBEX 35 entre 2019 e 2022 revela as seguintes tendências:

- Em 2019, os indicadores sociais apresentaram a média de divulgação mais elevada, com 67%, demonstrando um forte compromisso com práticas laborais e direitos humanos;
- Em 2020, os indicadores económicos destacaram-se, com uma média de 73%, possivelmente devido à necessidade das empresas de comunicar as suas práticas em resposta aos desafios impostos pela pandemia de COVID-19;
- Em 2021, os indicadores ambientais tornaram-se os mais divulgados, alcançando uma média de 76%, evidenciando uma crescente atenção das empresas para a responsabilidade ambiental e as práticas sustentáveis;
- Em 2022, existiu uma paridade entre os indicadores económicos e sociais, ambos com uma média de 78%, enquanto os indicadores ambientais chegaram a 77%.

Essa distribuição equilibrada reflete o esforço das empresas para atender às novas exigências do mercado e às expectativas das partes interessadas em relação à transparência e responsabilidade.

Em suma, a evolução contínua nas médias de divulgação dos indicadores económicos, ambientais e sociais demonstra uma resposta das empresas às crescentes exigências. Os indicadores sociais foram os mais divulgados em 2019 e 2022, enquanto os indicadores económicos tiveram maior destaque em 2020 e os ambientais em 2021, sugerindo um compromisso multifacetado e crescente com a RSE em todas as tipologias.

Embora estudos anteriormente mencionados indiquem que as empresas tendem a divulgar o mínimo necessário para cumprir a legislação, em vez de se esforçarem por aumentar a transparência (Posadas & Tarquinio, 2021; Raucci & Tarquinio, 2020), a análise dos anos mais recentes, entre 2019 e 2022, demonstra um aumento geral da divulgação nos desempenhos económico, ambiental e social, contrariando estudos anteriores. Esta evolução sugere que, com o passar do tempo e a adaptação às exigências legais, as empresas têm-se mostrado mais dispostas a ampliar a transparência nas suas práticas de reporte, refletindo um compromisso mais robusto com a RSE e a sustentabilidade. Além disso, a publicação da Diretiva (UE) 2022/2464 pode ter influenciado os resultados de 2021 e 2022, evidenciando a capacidade das empresas de se adaptarem às novas exigências de reporte.

De modo a responder à questão 3, é fundamental analisar previamente as suas subquestões, para fundamentar a resposta final com base nas evidências recolhidas.

### 3.1. Qual o país com maior divulgação dos indicadores económicos?

Considerando os indicadores económicos das empresas portuguesas e espanholas ao longo dos anos 2019 a 2022, observaram-se padrões e tendências distintas. Os dados recolhidos incluem diversos indicadores económicos conforme as normas GRI, refletindo

diferentes aspetos de desempenho e responsabilidade económica das empresas, como se pode verificar na figura 6.

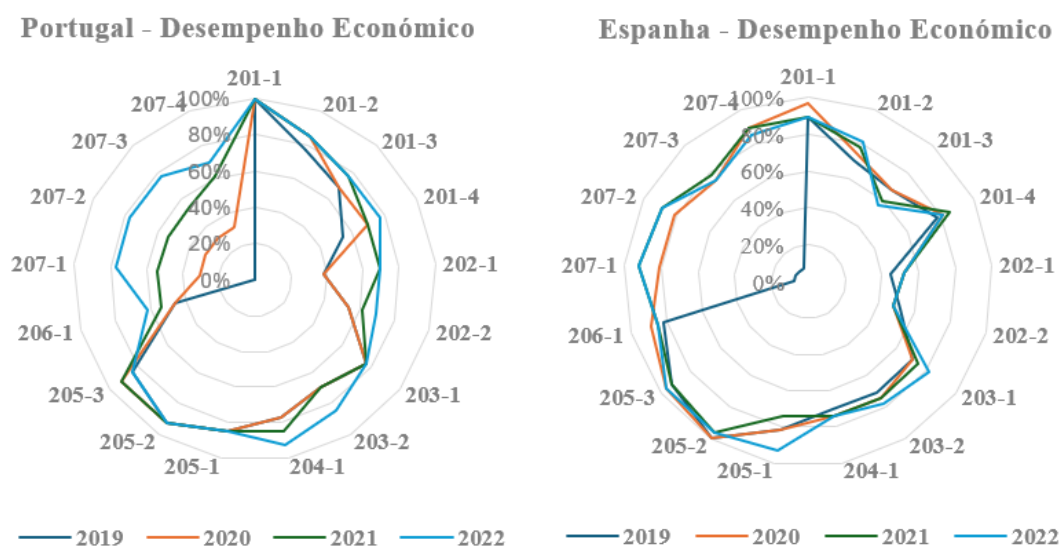


Figura 6. Desempenho Económico das Empresas da amostra por País.

Fonte: Elaboração própria.

De forma geral, ao comparar a divulgação dos indicadores económicos, ao longo dos 4 anos estudados, segundo as normas GRI das empresas do PSI e do IBEX 35, verifica-se que as empresas espanholas apresentam um desempenho superior em relação às portuguesas relativamente à sua média geral.

O Valor económico direto gerado e distribuído, GRI 201-1, as empresas portuguesas mantiveram um índice perfeito de 100% de divulgação ao longo dos anos analisados, denotando uma elevada transparência. O indicador em questão foi consistentemente divulgado por todas as empresas portuguesas em todos os anos analisados, evidenciando a sua importância e a facilidade na obtenção desses dados. Estudos anteriores justificam o uso extensivo deste indicador devido à ampla disponibilidade de dados pertinentes nos sistemas de contabilidade das empresas (Posadas & Tarquinio, 2021; Raucci & Tarquinio, 2020). Por outro lado, as empresas espanholas, embora não atinjam a percentagem perfeita, mantiveram índices elevados e estáveis, oscilando entre 89% e 96%, o que também reflete um bom grau de responsabilidade.

Em relação às práticas de Anticorrupção, GRI 205, as empresas espanholas apresentam consistentemente divulgações superiores a 90%, indicando uma forte adesão às normas de Anticorrupção. As empresas portuguesas, embora também apresentem uma média

positiva, exibiram variações mais significativas, contudo, com melhorias contínuas ao longo dos anos.

A maior disparidade entre os países verifica-se nos indicadores de Impostos, GRI 207. Enquanto as empresas espanholas mantêm divulgações relativamente consistentes e elevadas, entre 74% e 89%, as empresas portuguesas registaram valores significativamente inferiores, especialmente nos primeiros anos da análise, com melhorias notáveis apenas a partir de 2022.

Tanto as empresas do PSI quanto as do IBEX 35 demonstraram avanços na divulgação de indicadores económicos, com as empresas espanholas a destacarem-se pela sua consistência. As empresas espanholas obtiveram uma média geral de 74% na divulgação dos seus indicadores, em comparação com 68% das empresas portuguesas. Este resultado indica que, apesar dos esforços significativos de Portugal, especialmente nos indicadores de Desempenho Económico, ainda há áreas, como a GRI 207 – Impostos, que necessitam de maior atenção e divulgação para atingir padrões equivalentes aos de Espanha.

### 3.2. Qual o país com maior divulgação dos indicadores ambientais?

Ao comparar a divulgação dos indicadores ambientais segundo as normas GRI entre as empresas do PSI e do IBEX 35, verifica-se que as empresas portuguesas têm uma média geral superior de divulgação em comparação às empresas espanholas. As empresas portuguesas registaram uma média geral de 76%, enquanto as empresas espanholas tiveram uma média geral de 73%, conforme ilustrado na figura 7.

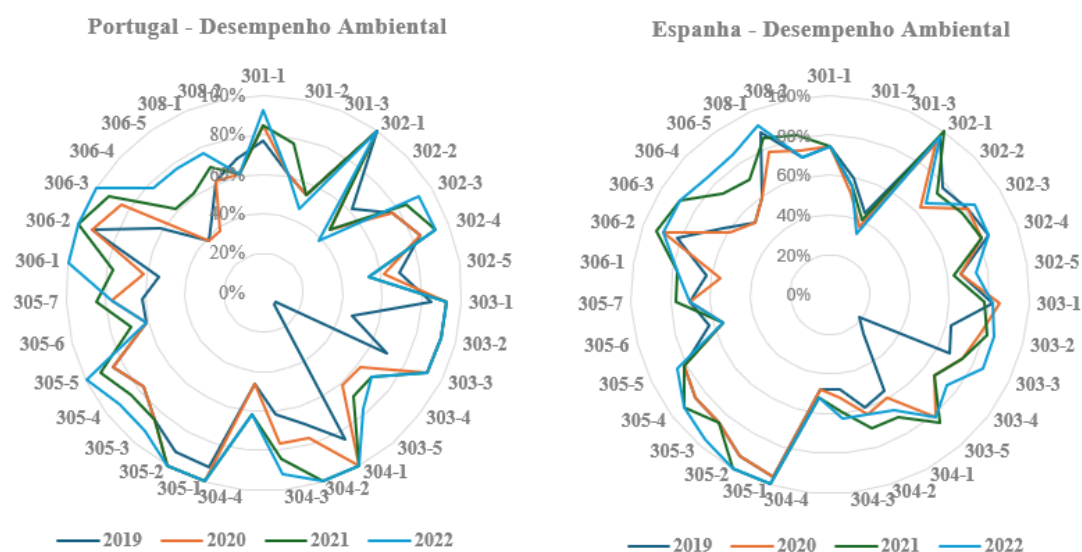


Figura 7. Desempenho Ambiental das Empresas da amostra por País.

Fonte: Elaboração própria.

No que respeita ao reporte do Consumo direto de energia, GRI 302-1, tanto as empresas portuguesas quanto as espanholas mantêm altos níveis, com 100% para Portugal e 96% para Espanha. Contudo, no Consumo indireto de energia, GRI 302-2, as empresas espanholas apresentam uma média superior de 70%, comparada aos 48% de Portugal, sugerindo uma abordagem mais abrangente na comunicação desses dados em Espanha.

Quanto à gestão da água, as empresas portuguesas mostram uma média elevada na comunicação do consumo total de água, GRI 303-1, com 90%, enquanto as espanholas têm 81%. Em relação à água reciclada e reutilizada, GRI 303-3, Portugal mantém uma média de 87%, ligeiramente superior aos 75% de Espanha, o que reflete um compromisso robusto das empresas portuguesas em reportar práticas de conservação de recursos hídricos. No entanto, no consumo geral de água, GRI 303-5, as empresas espanholas têm uma média superior de 69%, comparando com os 54% de Portugal, indicando uma área de possível melhoria para as empresas portuguesas.

No que diz respeito aos indicadores de emissões de Gases de Efeito de Estufa (GEE), tanto Portugal quanto Espanha mantêm uma média elevada de reporte, com 98% para emissões diretas, GRI 305-1, evidenciando um forte compromisso com a transparência ambiental. As emissões indiretas de GEE, GRI 305-2, também apresentam uma média alta nos dois países, com 96% em Espanha e 98% em Portugal. Na redução das emissões de GEE, GRI 305-5, Portugal apresenta uma ligeira vantagem com uma média de 83%, comparando com os 82% de Espanha, destacando os esforços contínuos de ambos os países em reportar o impacto climático.

Em relação à gestão dos efluentes e resíduos, a produção de efluentes líquidos, GRI 306-1, é bem documentada em Portugal com uma média de 96%, comparada à média de 88% em Espanha. No entanto, Espanha supera Portugal na comunicação sobre a gestão de resíduos perigosos transportados, GRI 306-4, com uma média de 66%, enquanto Portugal apresenta 54%, sinalizando uma oportunidade de melhoria na gestão ambiental portuguesa.

Em suma, tanto as empresas do PSI quanto as do IBEX 35 têm mostrado avanços significativos na divulgação de indicadores ambientais. No entanto, as empresas portuguesas destacam-se por ter uma média geral de divulgação ligeiramente superior às empresas espanholas. Essa dedicação não só demonstra a sua abordagem proativa em

relação à preservação dos recursos naturais, como também pode fortalecer as suas relações com os consumidores e investidores.

### 3.3. Qual o país com maior divulgação dos indicadores sociais?

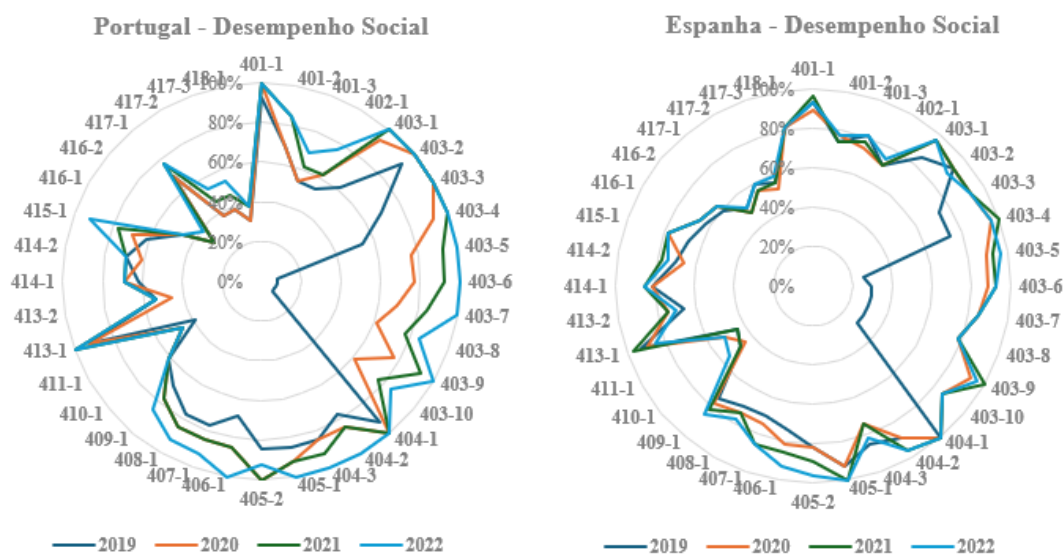


Figura 8. Desempenho Social das Empresas da amostra por País.

Fonte: Elaboração própria.

Na divulgação dos indicadores sociais segundo as normas GRI entre as empresas do PSI e do IBEX 35, observa-se que as empresas espanholas mostram um desempenho superior na sua divulgação, ver figura 8.

Um indicador significativo é o de Novas Contratações e Rotatividade de Colaboradores, GRI 401-1, onde as empresas espanholas apresentaram uma média de 93% em comparação com 98% das empresas portuguesas. Isso revela uma forte divulgação de informações relacionadas à gestão do recurso mais importante das empresas. Para os Benefícios a Colaboradores em Tempo Integral, GRI 401-2, as empresas portuguesas também superaram ligeiramente as espanholas, com uma média de 77% contra 76%, indicando um adequado compromisso com a valorização dos colaboradores.

Em relação à divulgação de indicadores de Saúde e Segurança no Trabalho, as empresas portuguesas apresentam um desempenho sólido, especialmente nas taxas de lesões e doenças relacionadas com o trabalho, GRI 403-2, onde atingem uma média de 98% em comparação com os 92% das empresas espanholas. Contudo, ao analisar outros aspetos, como a Formação de Trabalhadores em Saúde e Segurança no Trabalho, GRI 403-5, verifica-se que as empresas espanholas são superiores, com uma média de 76%, enquanto as portuguesas alcançam 69%.

Quanto à divulgação relativa a Diversidade e Igualdade de Oportunidades, as empresas espanholas exibem uma média de 96% na Composição dos Órgãos Sociais, GRI 405-1, enquanto as portuguesas atingem 92%. A análise dos casos de Discriminação e Medidas Tomadas, GRI 406-1, mostra uma média de divulgação de 83% para as empresas espanholas e 85% para as portuguesas, evidenciando melhores práticas de reporte em Portugal nesse aspeto.

Por outro lado, nos esforços relacionados à Avaliação Social de Fornecedores, GRI 414, as empresas espanholas superam as portuguesas, sugerindo que essa área requer maior atenção e desenvolvimento em Portugal.

A comparação revela que, embora tanto as empresas do PSI quanto as do IBEX 35 tenham demonstrado avanços significativos na divulgação dos seus indicadores sociais, as empresas espanholas destacam-se com uma média geral de divulgação de 77% em comparação com 72% das empresas portuguesas. Estes resultados não apenas sublinham a dedicação das empresas a práticas de responsabilidade social, mas também refletem uma crescente conscientização sobre a importância de integrar valores sociais nas suas estratégias de negócios. Empresas que priorizam a comunicação de indicadores sociais, como políticas de diversidade, saúde no trabalho e benefícios aos colaboradores, tendem a cultivar um ambiente de trabalho mais positivo e inclusivo.

**Questão 3.** Qual o país com maior divulgação dos indicadores de desempenho consoante as normas GRI?

Após analisar as subquestões referentes aos indicadores económicos, sociais e ambientais, conclui-se que as empresas espanholas se destacam em dois dos três indicadores analisados. Em relação aos indicadores económicos e sociais, as empresas do IBEX 35 apresentaram uma média superior, refletindo uma consistência e um compromisso mais robustos com a adoção das normas GRI. Entretanto, no que diz respeito aos indicadores ambientais, as empresas do PSI demonstraram uma forte dedicação à sustentabilidade.

A diferença na divulgação de todos os indicadores de desempenho entre os países não é muito significativa, apresentando percentagens semelhantes. Essa homogeneidade pode ser atribuída a semelhanças socioculturais e legais entre Portugal e Espanha. No estudo de Posadas & Tarquinio (2021), foi verificada uma abordagem uniforme de divulgação entre empresas italianas e espanholas, o que sugere que contextos legais e culturais semelhantes podem favorecer práticas de reporte sustentáveis praticamente análogas.

É relevante notar que a amostra das empresas espanholas é composta por 27 empresas, enquanto a amostra portuguesa inclui apenas 13 empresas. Essa diferença no tamanho da amostra pode influenciar os resultados, uma vez que uma maior quantidade de empresas pode proporcionar uma gama mais ampla de dados, levando a uma maior variabilidade e possível elevação dos índices de divulgação.

**Questão 4.** Como as práticas de divulgação, com base nas normas GRI, posicionam as empresas do PSI e IBEX 35 para uma transição eficaz para os novos requisitos das ESRS, e qual país apresenta uma melhor preparação para essa transição?

Como evidenciado nas respostas às questões anteriores, a divulgação dos indicadores tem apresentado uma tendência crescente ao longo dos anos. Esta análise contraria estudos anteriores que indicaram que as empresas tendem a divulgar o mínimo necessário para cumprir a legislação, em vez de se esforçarem por aumentar a transparência (Posadas & Tarquinio, 2021; Raucci & Tarquinio, 2020).

Entre 2019 e 2022, as empresas dos PSI e IBEX 35 demonstraram um aumento consistente na divulgação de indicadores económicos, ambientais e sociais, conforme a tabela 16. As médias gerais de divulgação foram de 65% em 2019 para 78% em 2022, demonstrando um compromisso crescente. Este progresso estabelece uma base para uma transição eficaz para os novos requisitos das ESRS, especialmente à luz da similaridade entre os princípios das normas (EFRAG & GRI, 2023). A publicação da Diretiva (UE) 2022/2464 poderá ter influenciado os resultados obtidos em 2021 e 2022, refletindo a adaptação das empresas às novas exigências de reporte (EFRAG & GRI, 2023). Presume-se, portanto, que as empresas que já adotavam práticas de reporte alinhadas com as GRI estejam bem posicionadas para responder às novas exigências regulatórias.

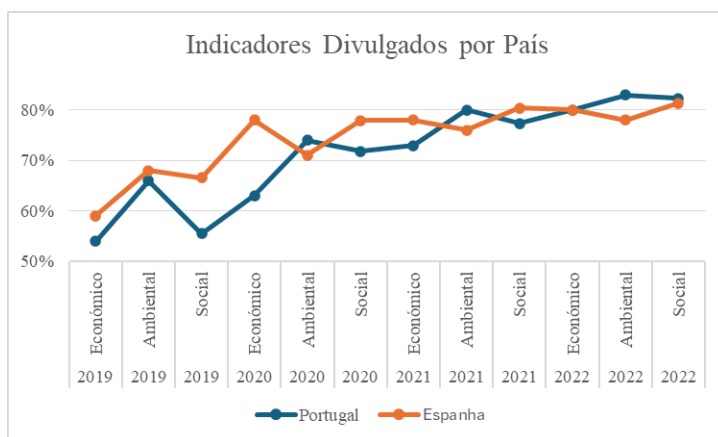
	2019	2020	2021	2022
<b>Divulgação dos Indicadores Económicos</b>	62%	73%	75%	78%
<b>Divulgação dos Indicadores Ambientais</b>	66%	70%	76%	77%
<b>Divulgação dos Indicadores Sociais</b>	67%	72%	75%	78%
<b>Percentagem de divulgação anual (%)</b>	65%	72%	75%	78%

*Tabela 16. Divulgação anual da amostra pelos Indicadores GRI.*

Fonte: Elaboração própria.

Conforme a comparação por país apresentada na Tabela 17, os dados revelam que, ao longo do período analisado, as empresas espanholas apresentaram um desempenho médio

superior na divulgação dos indicadores. Em 2022, a divulgação dos indicadores económicos nas empresas do IBEX 35 foi de 80%, ligeiramente superior aos 78% registados pelas empresas do PSI. Já nos indicadores sociais, as empresas portuguesas alcançaram uma média de 82%, ultrapassando as espanholas, que obtiveram 81%. Em relação aos indicadores ambientais, as empresas portuguesas destacaram-se com uma média de 83%, em comparação com os 78% das empresas espanholas.



*Tabela 17. Indicadores GRI divulgados por Países.*

Fonte: Elaboração própria.

Embora a média geral de divulgação ao longo dos quatro anos analisados tenha sido ligeiramente superior para as empresas espanholas, os resultados de 2022 evidenciam que as empresas portuguesas se destacaram em dois dos três principais indicadores. Este desempenho reflete não apenas um compromisso contínuo, mas também um processo de crescimento mais acentuado por parte das empresas portuguesas, sugerindo que estão bem posicionadas para a transição aos novos requisitos das ESRS. Este progresso destaca uma adaptação sólida e eficaz às exigências regulatórias emergentes.

A evolução na divulgação dos indicadores ao longo dos anos indica que, apesar da ligeira diferença na percentagem de divulgação, as empresas portuguesas têm demonstrado uma capacidade superior de adaptação e crescimento, particularmente em 2022. Este progresso nas práticas de divulgação reflete o empenho contínuo em alinhar as operações com as exigências das normas GRI, o que posiciona as empresas do PSI numa posição mais vantajosa para a transição para os novos requisitos normativos. Em suma, as empresas da amostra demonstram progressos significativos, mas os resultados sugerem que as

empresas portuguesas estão mais preparadas para se adaptar de forma eficaz às ESRS, especialmente no que respeita à transparência ambiental e social.



## **5 Conclusão do estudo**

### **5.1 Principais Conclusões**

Atualmente, as empresas reconheceram a importância de alinhar as suas operações a princípios de sustentabilidade, compreendendo o impacto que as suas atividades exercem na sociedade. Essa consciência não apenas enfatiza a adoção de práticas responsáveis, mas também os benefícios de as divulgar de forma clara.

A divulgação da INF tem sido fundamental para assegurar a transparência nas atividades empresariais, sendo historicamente voluntária, salvo exceções abordadas. Com a introdução das ESRS, essa dinâmica altera-se significativamente, tornando obrigatória uma divulgação mais estruturada e consistente. Este novo enquadramento não só facilita comparações temporais e entre organizações, mas também reforça a confiança entre as empresas e as partes interessadas, promovendo um ambiente de responsabilidade partilhada e um compromisso mais robusto com a sustentabilidade.

Nesse contexto, a presente investigação pretende avaliar o impacto da implementação das ESRS, com base na divulgação indicadores GRI nas empresas do PSI e IBEX 35 durante o período de 2019 a 2022.

O estudo constatou que, entre 2019 e 2022, existiu um aumento significativo na divulgação de indicadores económicos, ambientais e sociais pelas empresas dos índices PSI e IBEX 35, com as médias de divulgação a subirem de 62% para 78% nos indicadores económicos, de 66% para 77% nos ambientais e de 67% para 78% nos sociais. Este crescimento reflete um compromisso crescente com a RSE.

Embora a pandemia de COVID-19 tenha potencialmente dificultado a capacidade de relatar informações, as empresas demonstraram uma notável adaptação e um foco intensificado na transparência. Além disso, a pressão pública para comportamentos responsáveis contribuiu para a melhoria das práticas de divulgação. A análise sugere que as empresas estão bem posicionadas para a transição aos novos requisitos das ESRS, evidenciando uma maior disposição para alinhar-se com as exigências legais e sociais, o que fortalece o seu compromisso com a sustentabilidade.

Na comparação dos países, a análise dos indicadores económicos, sociais e ambientais revelou que as empresas espanholas se destacam na divulgação dos indicadores, com o IBEX 35 a apresentar percentagens ligeiramente superiores. Em contrapartida, as

empresas do PSI demonstraram um forte compromisso com a sustentabilidade, especialmente nos indicadores ambientais. A comparação dos dados indicou que a diferença na divulgação entre os países é reduzida, refletindo semelhanças socioculturais e legais, conforme indicado por Posadas & Tarquinio (2021).

A transição presumidamente acessível entre as normas GRI e as ESRS é sugerida pelos resultados obtidos, que indicam um aumento consistente na divulgação de todos os indicadores nas empresas dos índices PSI e IBEX 35 entre 2019 e 2022. Este avanço reflete um compromisso com a transparência, estabelecendo uma base sólida para a transição para os novos requisitos das ESRS, especialmente à luz da elevada interoperabilidade identificada entre as normas GRI e as ESRS, conforme destacado pelo EFRAG & GRI (2023).

Além disso, a publicação da Diretiva (UE) 2022/2464 pode ter influenciado os resultados de 2021 e 2022, evidenciando a capacidade das empresas de se adaptarem às novas exigências de reporte. As empresas espanholas apresentaram um desempenho superior na média geral de divulgação ao longo do período analisado, mas em 2022 as empresas portuguesas demonstraram um crescimento superior e uma tendência de melhoria, destacando-se em dois dos três indicadores de desempenho. Esse crescimento contínuo posiciona as empresas portuguesas de forma vantajosa para atender às novas regulamentações, refletindo um processo de adaptação mais acentuado e eficaz às exigências das ESRS.

## **5.2 Contributos do estudo**

Os resultados do estudo são significativos para a literatura, especialmente na preparação das empresas para a implementação obrigatória das ESRS. O caráter longitudinal da investigação permite uma análise aprofundada da evolução das práticas de reporte, revelando como as práticas de divulgação das normas GRI facilitarão a transição para os novos requisitos estabelecidos pela Diretiva (UE) 2022/2464.

Este trabalho enriquece a pesquisa existente ao fornecer insights sobre a divulgação de indicadores de desempenho sustentável, incluindo indicadores económicos, ambientais e sociais, uma área ainda pouco explorada (Tarquinio et al., 2018). Além disso, a análise comparativa entre os países permite identificar quais empresas demonstraram maior progresso nesta temática e estão mais bem preparadas para enfrentar os desafios impostos pelas novas exigências de reporte.

### **5.3 Limitações**

O estudo apresenta diversas limitações que devem ser consideradas. Em primeiro lugar, a inexistência de relatórios que apliquem as ESRS impossibilita a análise da eficácia da transição para estas normas. Desta forma, não é viável avaliar se as empresas que já demonstravam um elevado grau de divulgação segundo as normas GRI tiveram facilidade na adaptação às exigências obrigatórias. Para além disso, o estudo foca-se exclusivamente na quantidade da divulgação, sem abordar a qualidade das mesmas. Embora o normativo da GRI forneça uma base quantitativa clara, a análise qualitativa apresenta dificuldades, uma vez que as normas GRI não especificam de forma detalhada os critérios para avaliar a precisão ou profundidade das informações divulgadas. Assim, a avaliação foi centrada na transparência das empresas, sem considerar essas dimensões qualitativas.

Importa ainda salientar que a amostra espanhola é composta por 27 empresas, enquanto a portuguesa inclui apenas 13, podendo esta disparidade influenciar os resultados. A análise de um período específico de quatro anos também limita a aplicabilidade das conclusões. Com efeito, a metodologia utilizada, baseada na análise de conteúdo dos relatórios das empresas, pode estar sujeita a alguma subjetividade, uma vez que a disponibilidade e o acesso às informações nem sempre foram facilitados.

### **5.4 Recomendações para futuros trabalhos**

Os resultados obtidos neste estudo abrem diversas possibilidades de investigação para trabalhos futuros. Em particular, seria relevante realizar uma análise comparativa que examine os anos subsequentes à implementação da nova Diretiva (UE) 2022/2464, permitindo observar as mudanças nas práticas de divulgação de informações não financeiras (INF) antes e após a adoção das ESRS.

Adicionalmente, outra abordagem consistiria em reproduzir este estudo com uma amostra maior ou com outros países, para validar os resultados e explorar diferentes contextos. Além disso, uma série temporal mais extensa permitiria uma análise aprofundada da evolução das práticas de divulgação de INF.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adams, C. A. (2015). The International Integrated Reporting Council: A call to action. *Critical Perspectives on Accounting*, 27, 23–28. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2014.07.001>
- Almeida, M. da G. M. C., & Coelho, A. F. M. (2019). The Antecedents of Corporate Reputation and Image and Their Impacts on Employee Commitment and Performance: The Moderating Role of CSR. *Corporate Reputation Review*, 22(1), 10–25. <https://doi.org/10.1057/s41299-018-0053-8>
- Amrutha, V. N., & Geetha, S. N. (2020). A systematic review on green human resource management: Implications for social sustainability. *Journal of Cleaner Production*, 247, 119131. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2019.119131>
- Baldini, M., Maso, L. D., Liberatore, G., Mazzi, F., & Terzani, S. (2018). Role of country-and firm-level determinants in environmental, social, and governance disclosure. *Journal of Business Ethics*, 150, 79–98. <https://doi.org/10.1007/s10551-016-3139-1>
- Balon, V., Kottala, S. Y., & Reddy, K. S. (2022). Mandatory corporate social responsibility and firm performance in emerging economies: An institution-based view. *Sustainable Technology and Entrepreneurship*, 1(3), 100023. <https://doi.org/10.1016/j.stae.2022.100023>
- Baptista, B. N. (2022). *Sustentabilidade: análise de divulgação dos indicadores GRI em empresas portuguesas* [ISCAL - Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa]. <https://repositorio.ipl.pt/handle/10400.21/15322>
- Barth, M. E., & Schipper, K. (2008). Financial Reporting Transparency. *Journal of Accounting, Auditing & Finance*, 23(2), 173–190. <https://doi.org/10.1177/0148558X0802300203>
- Boyer, R. H. W., Peterson, N. D., Arora, P., & Caldwell, K. (2016). Five approaches to social sustainability and an integrated way forward. *Sustainability*, 8(9), 878. <https://doi.org/10.3390/su8090878>
- Brooks, C., & Oikonomou, I. (2018). The effects of environmental, social and governance disclosures and performance on firm value: A review of the

- literature in accounting and finance. *The British Accounting Review*, 50(1), 1–15. <https://doi.org/10.1016/j.bar.2017.11.005>
- Bueno, M. P., & Salvador, N. N. B. (2013). Sustentabilidade das práticas de gestão empresarial de duas usinas de açúcar e álcool de cana-de-açúcar no Estado de São Paulo. *VII Congreso de Medio Ambiente*.
- Cabaço, L., Brás, H., & Motta, G. (2017). *Relatório nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável Portugal* (pp. 1–89). <https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2017/07/Portugal2017.pdf>
- Caputo, F., Leopizzi, R., Pizzi, S., & Milone, V. (2019). The Non-Financial Reporting Harmonization in Europe: Evolutionary Pathways Related to the Transposition of the Directive 95/2014/EU within the Italian Context. *Sustainability*, 12(1), 92. <https://doi.org/10.3390/su12010092>
- Carini, C., Rocca, L., Veneziani, M., & Teodori, C. (2018). Ex-Ante Impact Assessment of Sustainability Information–The Directive 2014/95. *Sustainability*, 10(2), 560. <https://doi.org/10.3390/su10020560>
- Cerezal, J. J. B. (2018). Transparencia y reputación como actitud y forma de ser de la empresa. *CIRIEC-España, Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa*, 87, 327–350.
- Conselho Da União Europeia. (2014). *DIRETIVA 2014/95/UE DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO*. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex%3A32014L0095>, consultado em 29 de novembro de 2023
- Conselho da União Europeia. (2022). Diretiva (UE) 2022/2464. *Jornal Oficial Da União Europeia*, 1–66. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=OJ:L:2022:322:FULL>, , consultado em 30 de novembro de 2023
- Cook, A., & Glass, C. (2018). Women on corporate boards: Do they advance corporate social responsibility? *Human Relations*, 71(7), 897–924. <https://doi.org/10.1177/0018726717729207>

- Cooke, T. E. (1989). Voluntary corporate disclosure by Swedish companies. *Journal of International Financial Management & Accounting*, 1(2), 171–195. <https://doi.org/10.1111/j.1467-646X.1989.tb00009.x>
- de Castro Sobrosa Neto, R., de Lima, C. R. M., Bazil, D. G., de Oliveira Veras, M., & de Andrade Guerra, J. B. S. O. (2020). Sustainable development and corporate financial performance: A study based on the Brazilian Corporate Sustainability Index (ISE). *Sustainable Development*, 28(4), 960–977. <https://doi.org/10.1002/sd.2049>
- EFRAG, & GRI. (2023). *EFRAG-GRI JOINT STATEMENT OF INTEROPERABILITY*. <https://www.globalreporting.org/news/news-center/efrag-gri-joint-statement-of-interoperability/>, consultado em 10 de janeiro de 2024
- Erkens, M., Paugam, L., & Stolowy, H. (2015). Non-financial information: State of the art and research perspectives based on a bibliometric study. *Comptabilité-Contrôle-Audit*, 21(3), 15–92.
- Gafencu, L. N. (2023). Non-financial reporting. Analysis of the corporate sustainability reporting framework in the European and national context. *SEA-Practical Application of Science*, 32, 97–103.
- Geerts, M., & Dooms, M. (2020). Sustainability Reporting for Inland Port Managing Bodies: A Stakeholder-Based View on Materiality. *Sustainability*, 12(5), 1726. <https://doi.org/10.3390/su12051726>
- Gerged, A. M., Beddewela, E., & Cowton, C. J. (2021). Is corporate environmental disclosure associated with firm value? A multicountry study of Gulf Cooperation Council firms. *Business Strategy and the Environment*, 30(1), 185–203. <https://doi.org/10.1002/bse.2616>
- Global Reporting Initiative. (2016). *GRI 101: FOUNDATION 2016*. <https://www.globalreporting.org/standards>, consultado em 10 de janeiro de 2024
- Global Reporting Initiative. (2021). *A Short Introduction to the GRI Standards*. <https://www.globalreporting.org/standards/standards-development/universal-standards/>, consultado em 10 de janeiro de 2024

- Global Reporting Initiative. (2024). *Content Index Tool*. <https://www.globalreporting.org/reporting-support/reporting-tools/content-index-template/>, consultado em 18 de janeiro de 2024
- Hahn, R., & Kühnen, M. (2013). Determinants of sustainability reporting: a review of results, trends, theory, and opportunities in an expanding field of research. *Journal of Cleaner Production*, 59, 5–21. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2013.07.005>
- Halkos, G., & Nomikos, S. (2021). Corporate social responsibility: Trends in global reporting initiative standards. *Economic Analysis and Policy*, 69, 106–117. <https://doi.org/10.1016/j.eap.2020.11.008>
- Hallencreutz, J., Deleryd, M., & Fundin, A. (2020). Decoding sustainable success. *Total Quality Management & Business Excellence*, 1–11. <https://doi.org/10.1080/14783363.2020.1863779>
- IIRC. (2013). *The International <IR> Framework*. <https://www.integratedreporting.org/wp-content/uploads/2013/12/13-12-08-THE-INTERNATIONAL-IR-FRAMEWORK-2-1.pdf>, consultado em 28 de janeiro de 2024
- Karaman, A. S., Kilic, M., & Uyar, A. (2018). Sustainability reporting in the aviation industry: worldwide evidence. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 9(4), 362–391. <https://doi.org/10.1108/SAMPJ-12-2017-0150>
- Kolk, A., & van Tulder, R. (2010). International business, corporate social responsibility and sustainable development. *International Business Review*, 19(2), 119–125. <https://doi.org/10.1016/j.ibusrev.2009.12.003>
- KPMG International. (2022). *Big shifts, small steps*. <https://kpmg.com/pt/pt/home/insights/2023/06/survey-of-sustainability-reporting-2022.html>, consultado em 10 de dezembro de 2023
- Kuo, L., Yeh, C., & Yu, H. (2012). Disclosure of Corporate Social Responsibility and Environmental Management: Evidence from China. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 19(5), 273–287. <https://doi.org/10.1002/csr.274>

- Kuzey, C., & Uyar, A. (2017). Determinants of sustainability reporting and its impact on firm value: Evidence from the emerging market of Turkey. *Journal of Cleaner Production*, *143*, 27–39. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2016.12.153>
- La Torre, M., Sabelfeld, S., Blomkvist, M., Tarquinio, L., & Dumay, J. (2018). Harmonising non-financial reporting regulation in Europe. *Meditari Accountancy Research*, *26*(4), 598–621. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-02-2018-0290>
- Leopizzi, R., Iazzi, A., Venturelli, A., & Principale, S. (2020). Nonfinancial risk disclosure: The “state of the art” of Italian companies. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, *27*(1), 358–368. <https://doi.org/10.1002/csr.1810>
- Lin-Hi, N., & Blumberg, I. (2018). The Link Between (Not) Practicing CSR and Corporate Reputation: Psychological Foundations and Managerial Implications. *Journal of Business Ethics*, *150*(1), 185–198. <https://doi.org/10.1007/s10551-016-3164-0>
- Lourenço, I. C., Callen, J. L., Branco, M. C., & Curto, J. D. (2014). The Value Relevance of Reputation for Sustainability Leadership. *Journal of Business Ethics*, *119*(1), 17–28. <https://doi.org/10.1007/s10551-012-1617-7>
- Lozano, R., Suzuki, M., Carpenter, A., & Tyunina, O. (2017). An Analysis of the Contribution of Japanese Business Terms to Corporate Sustainability: Learnings from the “Looking-Glass” of the East. *Sustainability*, *9*(2), 188. <https://doi.org/10.3390/su9020188>
- Manes-Rossi, F., Tiron-Tudor, A., Nicolò, G., & Zanellato, G. (2018). Ensuring More Sustainable Reporting in Europe Using Non-Financial Disclosure—De Facto and De Jure Evidence. *Sustainability*, *10*(4), 1162. <https://doi.org/10.3390/su10041162>
- Marimon, F., Alonso-Almeida, M. del M., Rodríguez, M. del P., & Cortez Alejandro, K. A. (2012). The worldwide diffusion of the global reporting initiative: what is the point? *Journal of Cleaner Production*, *33*, 132–144. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2012.04.017>

- Mendes, J. V, Oliveira, G. R., & De Souza Campos, L. M. (2019). The G-Index: a sustainability reporting assessment tool. *International Journal of Sustainable Development & World Ecology*, 26(5), 428–438. <https://doi.org/10.1080/13504509.2019.1589595>
- Mensah, J. (2019). Sustainable development: Meaning, history, principles, pillars, and implications for human action: Literature review. *Cogent Social Sciences*, 5(1), 1653531. <https://doi.org/10.1080/23311886.2019.1653531>
- Michelon, G., Pilonato, S., & Ricceri, F. (2015). CSR reporting practices and the quality of disclosure: An empirical analysis. *Critical Perspectives on Accounting*, 33, 59–78. <https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.cpa.2014.10.003>
- Ministério das Finanças. (2017). Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho. In <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/89-2017-107773645>, consultado em 25 de outubro de 2023
- Mion, G., & Loza Adai, C. R. (2019). Mandatory Nonfinancial Disclosure and Its Consequences on the Sustainability Reporting Quality of Italian and German Companies. *Sustainability*, 11(17), 4612. <https://doi.org/10.3390/su11174612>
- Morioka, S. N., Bolis, I., Evans, S., & Carvalho, M. M. (2017). Transforming sustainability challenges into competitive advantage: Multiple case studies kaleidoscope converging into sustainable business models. *Journal of Cleaner Production*, 167, 723–738. <https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2017.08.118>
- Neuendorf, K. A. (2017). *The content analysis guidebook*. sage.
- Nobanee, H., & Ellili, N. (2016). Corporate sustainability disclosure in annual reports: Evidence from UAE banks: Islamic versus conventional. *Renewable and Sustainable Energy Reviews*, 55, 1336–1341. <https://doi.org/10.1016/j.rser.2015.07.084>
- Olawumi, T. O., & Chan, D. W. M. (2018). A scientometric review of global research on sustainability and sustainable development. *Journal of Cleaner Production*, 183, 231–250. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2018.02.162>

- Organização das Nações Unidas (ONU). (2018). *AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL*. [https://e4k4c4x9.rocketcdn.me/pt/wp-content/uploads/sites/9/2019/01/SDG\\_brochure\\_PT-web.pdf](https://e4k4c4x9.rocketcdn.me/pt/wp-content/uploads/sites/9/2019/01/SDG_brochure_PT-web.pdf), consultado em 17 de dezembro de 2023
- Ostrom, E. (2009). A General Framework for Analyzing Sustainability of Social-Ecological Systems. *Science*, 325(5939), 419–422. <https://doi.org/10.1126/science.1172133>
- Posadas, S. C., & Tarquinio, L. (2021). Assessing the Effects of Directive 2014/95/EU on Nonfinancial Information Reporting: Evidence from Italian and Spanish Listed Companies. *Administrative Sciences*, 11(3), 89. <https://doi.org/10.3390/admsci11030089>
- Purvis, B., Mao, Y., & Robinson, D. (2019). Three pillars of sustainability: in search of conceptual origins. *Sustainability Science*, 14(3), 681–695. <https://doi.org/10.1007/s11625-018-0627-5>
- PwC. (2023a). *Diretiva de Reporte de Sustentabilidade Corporativo (CSRD)*. <https://www.pwc.pt/pt/sustentabilidade/docs/pwc-sustentabilidade-diretiva-reporte.pdf>, consultado em 1 de março de 2024
- PwC. (2023b). *Normas de Relato de Sustentabilidade da UE (ESRS)*. <https://www.pwc.pt/pt/sustentabilidade/docs/pwc-sustentabilidade-normas-relato.pdf>, consultado em 1 de março de 2024
- Ranjbari, M., Shams Esfandabadi, Z., Zanetti, M. C., Scagnelli, S. D., Siebers, P.-O., Aghbashlo, M., Peng, W., Quatraro, F., & Tabatabaei, M. (2021). Three pillars of sustainability in the wake of COVID-19: A systematic review and future research agenda for sustainable development. *Journal of Cleaner Production*, 297, 126660. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2021.126660>
- Raucci, D., & Tarquinio, L. (2020). Sustainability Performance Indicators and Non-Financial Information Reporting. Evidence from the Italian Case. *Administrative Sciences*, 10(1), 13. <https://doi.org/10.3390/admsci10010013>
- Robert, K. W., Parris, T. M., & Leiserowitz, A. A. (2005). What is Sustainable Development? Goals, Indicators, Values, and Practice. *Environment: Science*

- and Policy for Sustainable Development*, 47(3), 8–21.  
<https://doi.org/10.1080/00139157.2005.10524444>
- Shelley, M., & Krippendorff, K. (1984). Content Analysis: An Introduction to its Methodology. *Journal of the American Statistical Association*, 79(385), 240.  
<https://doi.org/10.2307/2288384>
- Siano, A., Voller, A., Conte, F., & Amabile, S. (2017). “More than words”: Expanding the taxonomy of greenwashing after the Volkswagen scandal. *Journal of Business Research*, 71, 27–37.  
<https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2016.11.002>
- Sierra-Garcia, L., Garcia-Benau, M., & Bollas-Araya, H. (2018). Empirical Analysis of Non-Financial Reporting by Spanish Companies. *Administrative Sciences*, 8(3), 29. <https://doi.org/10.3390/admsci8030029>
- Sierra-García, L., Zorio-Grima, A., & García-Benau, M. A. (2015). Stakeholder Engagement, Corporate Social Responsibility and Integrated Reporting: An Exploratory Study. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 22(5), 286–304. <https://doi.org/10.1002/csr.1345>
- Siew, R. Y. J. (2015). A review of corporate sustainability reporting tools (SRTs). *Journal of Environmental Management*, 164, 180–195.  
<https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2015.09.010>
- Stolowy, H., & Paugam, L. (2018). The expansion of non-financial reporting: an exploratory study. *Accounting and Business Research*, 48(5), 525–548.  
<https://doi.org/10.1080/00014788.2018.1470141>
- Tarquinio, L., Posadas, S. C., & Pedicone, D. (2020). Scoring Nonfinancial Information Reporting in Italian Listed Companies: A Comparison of before and after the Legislative Decree 254/2016. *Sustainability*, 12(10), 4158.  
<https://doi.org/10.3390/su12104158>
- Tarquinio, L., Raucci, D., & Benedetti, R. (2018). An Investigation of Global Reporting Initiative Performance Indicators in Corporate Sustainability Reports: Greek, Italian and Spanish Evidence. *Sustainability*, 10(4), 897.  
<https://doi.org/10.3390/su10040897>

- Testa, F., Boiral, O., & Iraldo, F. (2018). Internalization of Environmental Practices and Institutional Complexity: Can Stakeholders Pressures Encourage Greenwashing? *Journal of Business Ethics*, 147(2), 287–307. <https://doi.org/10.1007/s10551-015-2960-2>
- Truant, E., Corazza, L., & Scagnelli, S. (2017). Sustainability and Risk Disclosure: An Exploratory Study on Sustainability Reports. *Sustainability*, 9(4), 636. <https://doi.org/10.3390/su9040636>
- WCED. (1987). *Our common future*. In *World commission on environment and development*. Oxford, UK: Oxford University Press. <https://Sustainabledevelopment.Un.Org/Content/Documents/5987our-Common-Future.Pdf>, consultado em 1 de abril de 2024
- Wehinger, G. (2011). Fostering Long-term Investment and Economic Growth Summary of a High-Level OECD Financial Roundtable. *OECD Journal: Financial Market Trends*, 2011(1), 9–29. <https://doi.org/10.1787/fmt-2011-5kg55qw1xlr7>
- Wilhelm, A., & Koch, K. (2024). *Sustainability Reporting: Successfully Transitioning from GRI to ESRS*. <https://www.roedl.com/insights/esg-news/2024-1/sustainability-reporting-successfully-transitioning-from-gri-to-esrs>, consultado em 28 de agosto de 2024
- Zhou, G., Liu, L., & Luo, S. (2022). Sustainable development, ESG performance and company market value: Mediating effect of financial performance. *Business Strategy and the Environment*, 31(7), 3371–3387. <https://doi.org/10.1002/bse.3089>



**Apêndice I – População e divulgação das informações não financeiras, empresas pertencentes ao PSI e IBEX 35**

<b>Divulgação da informação não financeira</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>
<b>Empresas PSI</b>				
Altri, S.G.P.S., S.A	Sim	Sim	Sim	Sim
BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS S.A	Sim	Sim	Sim	Sim
CORTICEIRA AMORIM, SGPS, SA	Sim	Sim	Sim	Sim
CTT - CORREIOS DE PORTUGAL S.A	Sim	Sim	Sim	Sim
EDP - ENERGIAS DE PORTUGAL S.A	Sim	Sim	Sim	Sim
EDP RENOVÁVEIS PORTUGAL, S.A	Sim	Sim	Sim	Sim
GALP ENERGIA, SGPS S.A	Sim	Sim	Sim	Sim
GREENVOLT ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.	Não	Não	Sim	Sim
IBERSOL, SGPS S.A	Sim	Sim	Sim	Sim
JERÓNIMO MARTINS, SGPS S.A	Sim	Sim	Sim	Sim
MOTA-ENGIL, SGPS S.A	Sim	Sim	Sim	Sim
NOS, SGPS, S.A	Sim	Sim	Não	Sim
REN - REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, SGPS, S.A	Não	Não	Não	Sim
SEMAPA - Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A	Sim	Sim	Sim	Sim
SONAE - SGPS, S.A	Sim	Sim	Sim	Sim
THE NAVIGATOR COMPANY, S.A	Sim	Sim	Sim	Sim
<b>Empresas IBEX 35</b>				
Acciona S.A.	Sim	Sim	Sim	Sim
Acerinox S.A.	Sim	Sim	Sim	Sim
ACS S.A.	Sim	Sim	Sim	Sim
AENA	Sim	Sim	Sim	Sim
AMADEUS IT HOLDING S.A.	Sim	Sim	Sim	Sim
ARCELORMITTAL	Não	Não	Sim	Sim
BANCO DE SABADELL SA	Sim	Sim	Sim	Sim
BANKINTER, SA REG. SHS	Sim	Sim	Sim	Sim
BBVA SA	Sim	Sim	Sim	Sim
CAIXABANK S.A.	Sim	Sim	Sim	Sim
CELLNEX TELECOM S.A.	Sim	Sim	Sim	Sim
CIE AUTOMOTIVE SA	Sim	Sim	Sim	Sim
CORPORACION ACCIONA ENERGIAS RENOVABLES	Não	Sim	Sim	Sim
ENAGAS S.A.	Sim	Sim	Sim	Sim
ENDESA S.A.	Sim	Sim	Sim	Sim
FERROVIAL SA	Sim	Sim	Sim	Sim
FLUIDRA	Sim	Sim	Sim	Sim
GRIFOLS SA	Sim	Sim	Sim	Sim

IBERDROLA SA	Sim	Sim	Sim	Sim
INDITEX S.A.	Sim	Sim	Sim	Sim
INDRA SISTEMAS S.A.	Sim	Sim	Sim	Sim
INMOBILIARIA COLONIAL, SA	Sim	Sim	Sim	Sim
INTERNATIONAL CONSOLIDATED AIRLINES S.A.	Não	Não	Não	Não
LABORATORIOS FARMACEUTICOS ROVI	Sim	Sim	Sim	Sim
MAPFRE, SAREG.SHS	Sim	Sim	Sim	Sim
MEDIASET ESPANA COMUNICACION S.A.	Sim	Sim	Sim	Não
MELIA HOTELS INTERNATIONAL S.A.	Sim	Sim	Sim	Sim
MERLIN PROPERTIES SOCIMI S.A.	Sim	Sim	Sim	Sim
NATURGY ENERGY GROUP, S.A.	Sim	Sim	Não	Não
RED ELECTRICA SA	Sim	Sim	Sim	Sim
REPSOL S.A.	Sim	Sim	Sim	Sim
SACYR VALLEHERMOSO S.A.	Sim	Sim	Sim	Sim
SANTANDER S.A.	Não	Não	Não	Não
SOLARIA ENERGIA	Não	Não	Não	Não
TELEFONICA S.A.	Não	Não	Não	Sim

## Apêndice II – Análise da divulgação dos indicadores económicos (2019)

País	Empresas	201-1	201-2	201-3	201-4	202-1	202-2	203-1	203-2	204-1	205-1	205-2	205-3	206-1	207-1	207-2	207-3	207-4	IE Total	Índice
PT	Altri	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	0	0	0	0	0	5	29%
PT	Banco Comercial Português	1	1	1	0	1	0	1	1	1	0	1	1	0	0	0	0	0	9	53%
PT	Corticeira Amorim	1	1	1	0	1	0	0	0	1	1	1	1	0	0	0	0	0	8	47%
PT	CTT	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	13	76%
PT	EDP	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	13	76%
PT	EDP RENOVAVEIS	1	1	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	11	65%
PT	Galp	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	11	65%
PT	Ibersol	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	0	0	0	0	12	71%
PT	Jerónimo Martins	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	10	59%
PT	MotaEngil	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	6%
PT	Semapa	1	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0	5	29%
PT	Sonae	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	11	65%
PT	The Navigator Company	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	11	65%
ESP	Acciona S.A.	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	13	76%
ESP	Acerinox	1	0	0	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	9	53%
ESP	ACS	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	0	0	0	0	5	29%
ESP	Aena	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	11	65%
ESP	Amadeus	1	1	0	0	0	0	0	1	0	1	1	1	1	0	0	0	0	7	41%
ESP	Banco de Sabadell	0	0	0	1	0	0	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	4	24%
ESP	Bankinter	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	13	76%
ESP	BBVA	1	1	1	1	0	0	0	0	1	1	1	1	0	0	0	0	0	7	41%
ESP	Caixa Bank	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	15	88%
ESP	Cellnex Telecom	1	0	0	0	0	1	1	0	1	0	1	1	1	0	0	0	0	7	41%
ESP	CIE Automotive	1	0	0	1	1	1	0	1	1	0	1	1	0	0	0	0	0	8	47%
ESP	Enagás	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	0	0	0	0	0	10	59%
ESP	Endesa	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	0	0	0	0	12	71%
ESP	Ferrovial	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	13	76%
ESP	Fluidra	1	1	1	1	0	1	1	0	1	1	1	1	1	0	0	0	0	11	65%
ESP	Grifols	1	1	0	0	0	0	1	0	0	1	1	1	1	0	0	0	0	7	41%
ESP	Iberdrola	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	13	76%
ESP	Inditex	1	1	1	1	0	0	1	1	0	1	1	1	1	0	0	0	0	10	59%
ESP	Indra	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	13	76%
ESP	Inmobiliaria Colonial	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	13	76%
ESP	Laboratorios Farmaceuticos Rovi	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	2	12%
ESP	MAPFRE	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	12	71%
ESP	Melia Hotels	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	13	76%
ESP	Merlin Properties	1	0	1	1	0	0	1	1	0	1	1	1	1	0	0	0	0	9	53%
ESP	Red Eletrica	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	15	88%
ESP	Repsol	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	13	76%
ESP	Sacyr Vallehermoso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	0	0	0	0	4	24%

## Apêndice III – Análise da divulgação dos indicadores económicos (2020)

País	Empresas	201-1	201-2	201-3	201-4	202-1	202-2	203-1	203-2	204-1	205-1	205-2	205-3	206-1	207-1	207-2	207-3	207-4	IE Total	Índice
PT	Altri	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	0	1	1	1	1	9	53%
PT	Banco Comercial Português	1	1	1	0	1	0	1	1	1	0	1	1	0	0	0	0	0	9	53%
PT	Corticeira Amorim	1	1	1	0	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	6	35%
PT	CTT	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	13	76%
PT	EDP	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	17	100%
PT	EDP RENOVAVEIS	1	1	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	15	88%
PT	Galp	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	16	94%
PT	Ibersol	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	0	0	0	0	12	71%
PT	Jerónimo Martins	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	10	59%
PT	MotaEngil	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	4	24%
PT	Semapa	1	0	0	1	1	0	1	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0	7	41%
PT	Sonae	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	11	65%
PT	The Navigator Company	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	11	65%
ESP	Acciona S.A.	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	17	100%
ESP	Acerinox	1	0	0	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13	76%
ESP	ACS	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	0	0	0	0	5	29%
ESP	Aena	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	15	88%
ESP	Amadeus	1	1	0	0	0	0	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	11	65%
ESP	Banco de Sabadell	1	1	0	1	0	0	0	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	6	35%
ESP	Bankinter	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	17	100%
ESP	BBVA	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	17	100%
ESP	Caixa Bank	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	15	88%
ESP	Cellnex Telecom	1	0	0	0	1	0	1	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1	11	65%
ESP	CIE Automotive	1	0	0	1	0	1	0	0	1	0	1	1	0	0	0	0	1	7	41%
ESP	Enagás	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	17	100%
ESP	Endesa	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	16	94%
ESP	Ferrovial	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	17	100%
ESP	Fluidra	1	0	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	0	1	13	76%
ESP	Grifols	1	1	0	0	0	0	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	11	65%
ESP	Iberdrola	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	17	100%
ESP	Inditex	1	1	1	1	0	0	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	14	82%
ESP	Indra	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	17	100%
ESP	Inmobiliaria Colonial	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	17	100%
ESP	Laboratorios Farmaceuticos Rovi	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	2	12%
ESP	MAPFRE	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	16	94%
ESP	Melia Hotels	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	15	88%
ESP	Merlin Properties	1	0	1	1	0	0	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	13	76%
ESP	Red Eletrica	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	15	88%
ESP	Repsol	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	17	100%
ESP	Sacyr Vallehermoso	1	1	0	1	0	0	0	0	0	1	1	1	1	0	0	0	1	8	47%

## Apêndice IV – Análise da divulgação dos indicadores económicos (2021)

País	Empresas	201-1	201-2	201-3	201-4	202-1	202-2	203-1	203-2	204-1	205-1	205-2	205-3	206-1	207-1	207-2	207-3	207-4	IE Total	Índice
PT	Altri	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	0	1	1	1	1	9	53%
PT	Banco Comercial Português	1	1	1	0	1	1	1	1	1	0	1	1	0	1	1	1	1	14	82%
PT	Corticeira Amorim	1	1	1	0	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	6	35%
PT	CTT	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	17	100%
PT	EDP	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	17	100%
PT	EDP RENOVAVEIS	1	1	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	15	88%
PT	Galp	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	17	100%
PT	Ibersol	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	0	0	0	0	12	71%
PT	Jerónimo Martins	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	11	65%
PT	MotaEngil	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	4	24%
PT	Semapa	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	1	13	76%
PT	Sonae	1	1	1	1	0	1	1	0	1	1	1	1	1	0	0	0	0	10	59%
PT	The Navigator Company	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	16	94%
ESP	Acciona S.A.	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	17	100%
ESP	Acerinox	1	0	0	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13	76%
ESP	ACS	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	0	0	0	0	5	29%
ESP	Aena	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	1	1	8	47%
ESP	Amadeus	1	1	0	0	0	0	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	11	65%
ESP	Banco de Sabadell	1	1	0	1	0	0	1	1	0	0	1	1	0	1	1	0	0	9	53%
ESP	Bankinter	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	17	100%
ESP	BBVA	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	17	100%
ESP	Caixa Bank	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	15	88%
ESP	Cellnex Telecom	0	0	0	0	1	1	1	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1	11	65%
ESP	CIE Automotive	1	0	0	1	0	1	0	0	1	0	1	1	0	0	0	0	1	7	41%
ESP	Enagás	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	16	94%
ESP	Endesa	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	16	94%
ESP	Ferrovial	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	17	100%
ESP	Fluidra	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	0	1	15	88%
ESP	Grifols	1	1	0	0	0	0	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	12	71%
ESP	Iberdrola	1	1	0	1	1	0	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	14	82%
ESP	Inditex	1	1	1	1	0	0	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	14	82%
ESP	Indra	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	17	100%
ESP	Inmobiliaria Colonial	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	17	100%
ESP	Laboratorios Farmaceuticos Rovi	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	3	18%
ESP	MAPFRE	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	16	94%
ESP	Melia Hotels	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	15	88%
ESP	Merlin Properties	1	0	1	1	0	0	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	13	76%
ESP	Red Eletrica	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	15	88%
ESP	Repsol	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	17	100%
ESP	Sacyr Vallehermoso	1	1	1	1	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	12	71%

## Apêndice V – Análise da divulgação dos indicadores económicos (2022)

País	Empresas	201-1	201-2	201-3	201-4	202-1	202-2	203-1	203-2	204-1	205-1	205-2	205-3	206-1	207-1	207-2	207-3	207-4	IE Total	Índice
PT	Altri	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	0	1	1	1	0	8	47%
PT	Banco Comercial Português	1	1	1	0	1	1	1	1	1	0	1	1	0	1	1	1	1	14	82%
PT	Corticeira Amorim	1	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	1	1	1	8	47%
PT	CIT	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	17	100%
PT	EDP	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	17	100%
PT	EDP RENOVAVEIS	1	1	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	15	88%
PT	Galp	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	17	100%
PT	Ibersol	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	16	94%
PT	Jerónimo Martins	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	0	0	12	71%
PT	MotaEngil	1	0	0	1	1	1	0	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	9	53%
PT	Semapa	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	16	94%
PT	Sonae	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	11	65%
PT	The Navigator Company	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	16	94%
ESP	Acciona S.A.	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	17	100%
ESP	Acerinox	1	1	0	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	14	82%
ESP	ACS	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	0	0	0	0	5	29%
ESP	Aena	1	0	0	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	14	82%
ESP	Amadeus	1	1	0	0	0	0	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	11	65%
ESP	Banco de Sabadell	0	1	0	1	0	0	1	1	0	0	1	1	0	1	1	0	0	8	47%
ESP	Bankinter	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	17	100%
ESP	BBVA	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	17	100%
ESP	Caixa Bank	1	1	1	1	0	0	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	13	76%
ESP	Cellnex Telecom	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	11	65%
ESP	CIE Automotive	1	0	0	1	0	1	0	0	1	1	1	1	0	1	1	0	1	10	59%
ESP	Enagás	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	16	94%
ESP	Endesa	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	17	100%
ESP	Ferrovial	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	17	100%
ESP	Fluidra	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	15	88%
ESP	Grifols	1	1	0	0	0	0	1	1	0	1	1	1	0	1	1	1	1	11	65%
ESP	Iberdrola	1	1	0	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	15	88%
ESP	Inditex	1	1	1	1	0	0	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	14	82%
ESP	Indra	1	1	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	14	82%
ESP	Inmobiliaria Colonial	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	17	100%
ESP	Laboratorios Farmaceuticos Rovi	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	3	18%
ESP	MAPFRE	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	17	100%
ESP	Melia Hotels	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	15	88%
ESP	Merlin Properties	1	0	1	1	0	0	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	13	76%
ESP	Red Eléctrica	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	15	88%
ESP	Repsol	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	17	100%
ESP	Sacyr Vallehermoso	1	1	1	1	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	12	71%

## Apêndice VI – Análise da divulgação dos indicadores ambientais (2019)

País	Empresas	301-1	301-2	301-3	302-1	302-2	302-3	302-4	302-5	303-1	303-2	303-3	303-4	303-5	304-1	304-2	304-3	304-4	305-1	305-2	305-3	305-4	305-5	305-6	305-7	306-1	306-2	306-3	306-4	306-5	308-1	308-2	1A Total	Índice		
PT	Altia	1	1	0	1	0	1	1	1	1	0	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	23	74%	
PT	Banco Comercial	1	0	0	1	0	1	1	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	12	39%	
PT	Português	1	0	0	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	16	52%	
PT	Carteira Amortim	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	29	94%	
PT	CTT	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	29	94%	
PT	EDP	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	29	94%	
PT	EDP RENOVAVEIS	0	0	0	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	12	39%	
PT	Galp	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	26	84%	
PT	Ibercol	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	27	87%	
PT	Jerónimo Martins	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	28	90%	
PT	MoEngel	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	6%	
PT	Senyapa	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	19%	
PT	Sonae	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	24	77%	
PT	The Navigator Company	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	31	100%	
ESP	Acetona S.A.	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	31	100%	
ESP	Acenox	1	1	0	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	17	55%	
ESP	ACS	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	25	81%	
ESP	Aena	0	0	0	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	14	45%	
ESP	Amadeus	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	15	48%	
ESP	Banco de Sabadell	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	14	45%	
ESP	Bankinter	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	29	94%	
ESP	BBVA	1	0	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	21	68%	
ESP	Caixa Bank	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	6%	
ESP	Cellex Telecom	0	0	0	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	10	32%	
ESP	CTE Automotiv	1	1	0	1	1	1	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	10	32%	
ESP	Energis	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	28	90%	
ESP	Endesa	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	28	90%	
ESP	Ferrovial	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	29	94%	
ESP	Fluixa	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	29	94%	
ESP	Gasols	1	0	0	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	15	48%	
ESP	Iberrola	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	29	94%	
ESP	Inditex	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	29	94%	
ESP	Indra	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	29	94%	
ESP	Inmobiliaria Colonial	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	30	97%
ESP	Laboratorios Farmaceuticos Rovl	1	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	4	13%	
ESP	MAPFRE	1	1	0	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	18	58%	
ESP	Melia Hotels	0	0	0	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	16	52%	
ESP	Methi Properties	0	0	0	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	10	32%	
ESP	Red Electrica	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	28	90%	
ESP	Repsol	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	29	94%	
ESP	Socor Valhermoso	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	29	94%	

## Apêndice VII – Análise da divulgação dos indicadores ambientais (2020)

País	Empresas	301-1	301-2	301-3	302-1	302-2	302-3	302-4	302-5	303-1	303-2	303-3	303-4	303-5	304-1	304-2	304-3	304-4	305-1	305-2	305-3	305-4	305-5	305-6	305-7	306-1	306-2	306-3	306-4	306-5	308-1	308-2	IA Total	Índice			
PT	Aht	1	1	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	25	81%		
PT	Banco Comercial Portugalés	1	0	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	18	58%		
PT	Corteira Automim	1	0	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	20	65%		
PT	CTT	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	29	94%		
PT	EDP	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	31	100%		
PT	EDP RENOVAVEIS	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	12	39%		
PT	Gulp	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	26	84%		
PT	Ibercol	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	27	87%		
PT	Jerónimo Martins	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	28	90%		
PT	Motelgigal	1	0	0	1	0	0	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13	42%		
PT	Sonoma	1	0	0	1	0	0	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	11	35%		
PT	Some	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	27	87%		
PT	The Navigator Company	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	31	100%		
ESP	Acciona S.A.	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	31	100%	
ESP	Acebox	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	21	68%	
ESP	ACS	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	27	87%	
ESP	Aena	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	24	77%	
ESP	Amadeus	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	17	55%	
ESP	Banco de Sabadell	1	0	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	12	39%	
ESP	Banquepar	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	31	100%		
ESP	BBVA	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	24	77%		
ESP	Caixa Bank	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%	
ESP	Cellnex Telecom	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	16	52%	
ESP	CIE Automotive	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	10	32%	
ESP	Energías	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	28	90%	
ESP	Endesa	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	31	100%	
ESP	Ferrovial	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	31	100%
ESP	Fuifra	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	15	48%	
ESP	Grafos	1	0	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	17	55%	
ESP	Iberdrola	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	31	100%	
ESP	Inditex	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	31	100%	
ESP	Indra	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	28	90%	
ESP	Inmobiliaria Colonial	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	31	100%	
ESP	Laboratorios Farmaceuticos Rovi	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	13%	
ESP	MÁFIRE	1	0	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	16	52%	
ESP	Melia Hotels	0	0	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	20	65%	
ESP	Merlin Properties	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	11	35%	
ESP	Red Eléctrica	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	28	90%		
ESP	Repsol	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	27	87%	
ESP	Secty ValueImmiso	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	31	100%	

## Apêndice VIII – Análise da divulgação dos indicadores ambientais (2021)

País	Empresas	301-1	301-2	301-3	302-1	302-2	302-3	302-4	302-5	303-1	303-2	303-3	303-4	303-5	304-1	304-2	304-3	304-4	305-1	305-2	305-3	305-4	305-5	305-6	305-7	306-1	306-2	306-3	306-4	306-5	308-1	308-2	IA Total	Índice	
PT	AMH	1	1	0	1	0	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	25	81%
PT	Banco Comercial Português	1	0	0	1	0	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	18	58%
PT	Cotecna Amorim	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	22	71%
PT	CTT	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	31	100%
PT	EDP	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	31	100%	
PT	EDP RENOVAVEIS	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	15	48%	
PT	Galp	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	31	100%	
PT	Ibersol	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	27	87%	
PT	Iberdrola Martins	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	28	90%
PT	MetaEngil	1	0	0	1	0	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13	42%	
PT	Sempina	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	26	84%	
PT	Some	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	28	90%
PT	The Navigator Company	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	29	94%
ESP	Acciona S.A.	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	31	100%
ESP	Acciona	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	24	77%
ESP	ACS	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	31	100%
ESP	Aena	0	0	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	16	52%	
ESP	Amdelus	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	21	68%	
ESP	Banco de Sabadell	1	0	0	1	0	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	11	35%	
ESP	Bankinter	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	31	100%	
ESP	BBVA	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	31	100%	
ESP	Caixa Bank	0	0	0	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	13	42%	
ESP	Caixa Bank	0	0	0	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10	32%	
ESP	CIE Automotiv	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	20	65%	
ESP	Enagás	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	28	90%	
ESP	Enxesa	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	30	97%
ESP	Ferrovial	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	31	100%	
ESP	Fluorra	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	24	77%	
ESP	Galés	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	20	65%	
ESP	Iberdrola	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	23	74%	
ESP	Inditex	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	31	100%	
ESP	Indra	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	31	100%
ESP	Iberdrola Colonial	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	31	100%
ESP	Laboratorios Farmaceuticos Rovi	1	0	0	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13	42%	
ESP	MAPFRE	1	0	0	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	14	45%
ESP	Meia Hotels	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	23	74%	
ESP	Merin Properties	0	0	0	1	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	11	35%	
ESP	Red Eléctrica	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	28	90%	
ESP	Repsol	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	31	100%	
ESP	Sagr' Vallemosso	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	31	100%	

## Apêndice IX – Análise da divulgação dos indicadores ambientais (2022)

País	Empresas	301-1	301-2	301-3	302-1	302-2	302-3	302-4	302-5	303-1	303-2	303-3	303-4	303-5	304-1	304-2	304-3	304-4	305-1	305-2	305-3	305-4	305-5	305-6	305-7	306-1	306-2	306-3	306-4	306-5	308-1	308-2	LA Total	Índice	
PT	Ahri	1	0	0	1	0	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	23	74%	
PT	Banco Comercial Portugues	1	0	0	1	0	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	18	58%	
PT	Corticeira Amorim	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	28	90%	
PT	CTT	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	31	100%	
PT	EDP	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	31	100%	
PT	EDP RENOVAVEIS	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	15	48%	
PT	Galp	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	31	100%	
PT	Ibersol	1	0	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	24	77%	
PT	Jerónimo Martins	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	31	100%	
PT	Metaldigital	1	0	0	1	0	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	19	61%	
PT	Seampra	1	1	0	1	0	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	26	84%	
PT	Sonae	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	28	90%	
PT	The Navigator Company	1	0	0	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	29	94%	
ESP	Actonox S.A.	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	31	100%	
ESP	Actonox	1	1	0	1	0	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	24	77%	
ESP	ACS	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	29	94%	
ESP	Aena	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	28	90%	
ESP	Amadeus	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	21	68%	
ESP	Banco de Sabadell	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	11	35%	
ESP	Bankinter	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	31	100%	
ESP	BHYA	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	31	100%	
ESP	Caixa Bank	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	19%	
ESP	Caixa Telecom	0	0	0	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	10	32%	
ESP	CEA Automotive	1	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	17	55%	
ESP	Emagis	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	28	90%	
ESP	Endesa	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	30	97%	
ESP	Enxovia	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	31	100%	
ESP	Fluixa	1	1	0	1	0	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	25	81%	
ESP	Grafols	1	0	0	1	0	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	19	61%	
ESP	Iberdrola	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	28	90%	
ESP	Iberdrola	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	31	100%	
ESP	Inditex	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	29	94%	
ESP	Inditex	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	27	87%	
ESP	Imobiliaria Colonial	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	16	52%
ESP	Farmacutivos Royl	1	0	0	1	0	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	26	84%
ESP	MAPFRE	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	22	71%	
ESP	Melia Hotels	0	0	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	11	35%
ESP	Martin Properties	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	27	87%
ESP	Red Electrica	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	31	100%	
ESP	Repsol	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	31	100%	
ESP	Sectr Vallehermoso	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	31	100%	



## Apêndice XI – Análise da divulgação dos indicadores sociais (2020)

País	Empresas	401-1	401-2	401-3	402-1	403-1	403-2	403-3	403-4	403-5	403-6	403-7	403-8	403-9	403-10	404-1	404-2	404-3	405-1	405-2	406-1	407-1	408-1	409-1	410-1	411-1	413-1	413-2	414-1	414-2	415-1	416-1	416-2	417-1	417-2	417-3	418-1	IS Total	Índice
PT	AMT	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	22	61%
PT	Banco Comercial	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	22	61%	
PT	Portugues	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	18	50%	
PT	Carteira Anonim	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	30	83%		
PT	CTT	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	56	100%		
PT	EDP	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	56	100%		
PT	EDP RENOVAVEIS	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	26	72%		
PT	Gabp	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	53	97%		
PT	Ibersol	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	28	78%		
PT	Iberdrola Martins	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	28	78%		
PT	ModEngel	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	22	61%		
PT	Sonaura	1	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	16	44%		
PT	Sonae	1	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	25	69%		
PT	The Navigator Company	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	28	78%		
ESP	Acciona S.A.	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	34	94%		
ESP	Accionox	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	27	75%		
ESP	ACS	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	19	53%		
ESP	Aena	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	56	100%		
ESP	Aparceus	1	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	17	47%		
ESP	Banco de Sabadell	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	56	100%		
ESP	Banqueer	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	34	94%		
ESP	BHYA	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	26	72%		
ESP	Caixa Bank	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	25	69%		
ESP	Cellnex Telecom	1	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	14	39%		
ESP	CIE Automotive	1	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	26	72%		
ESP	Emporis	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	56	100%		
ESP	Endesa	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	30	83%		
ESP	Ferrovial	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	56	100%		
ESP	Finuria	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	21	58%		
ESP	Grafos	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	36	100%		
ESP	Iberdrola	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	34	94%		
ESP	Inditex	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	56	100%		
ESP	Irdara	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	56	100%		
ESP	Ironbilitaria Colonial	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	8%	
ESP	Laboratorios Kovi	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	8%		
ESP	MAPFRE	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	34	94%		
ESP	Melia Hotels	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	29	81%		
ESP	Mechin Properties	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	21	58%		
ESP	Red Electrica	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	33	89%		
ESP	Repsol	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	33	92%		
ESP	Socor Valhermoso	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	29	81%		

## Apêndice XII – Análise da divulgação dos indicadores sociais (2021)

País	Empresas	401-1	401-2	401-3	402-1	403-1	403-2	403-3	403-4	403-5	403-6	403-7	403-8	403-9	403-10	404-1	404-2	404-3	405-1	405-2	406-1	407-1	408-1	409-1	410-1	411-1	413-1	413-2	414-1	414-2	415-1	416-1	416-2	417-1	417-2	417-3	418-1	ES Total	Índice		
PT	Airli	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	21	58%		
PT	Banco Comercial	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	22	61%	
PT	Portugás	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	19	53%		
PT	Cordoeira Amorim	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	19	53%	
PT	CTT	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	56	100%	
PT	EDP	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	56	100%	
PT	EDP RENOVÁVEIS	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	26	72%	
PT	Gulp	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	56	100%	
PT	Ibercol	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	28	78%	
PT	Jeonhoo Martins	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	28	78%	
PT	Metalequip	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	25	69%	
PT	Seampla	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	30	83%	
PT	Sonae	1	0	1	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	25	69%	
PT	The Navigator Company	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	30	83%	
ESP	Acciona S.A.	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	34	94%
ESP	Aertronx	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	29	81%	
ESP	ACS	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	25	69%	
ESP	Aena	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	27	75%	
ESP	Amadeus	1	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	17	47%	
ESP	Banco de Sabadell	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	16	44%	
ESP	Banqueparibas	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	56	100%	
ESP	BHVA	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	36	100%	
ESP	Caixa Bank	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	36	100%	
ESP	Cellnex Telecom	1	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	25	69%	
ESP	CFE Automotive	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	14	39%	
ESP	Empagis	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	30	83%	
ESP	Indesat	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	53	97%	
ESP	Industria	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	56	100%	
ESP	Industria Colonial	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	56	100%	
ESP	Industria Rovit	1	0	0	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	15	42%	
ESP	MAPFRE	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	34	94%	
ESP	Mein Hotels	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	29	81%
ESP	Merlin Properties	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	21	58%	
ESP	Red Eléctrica	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	32	89%	
ESP	Repsol	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	56	100%	
ESP	Sacyr Vallehermoso	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	31	86%	

## Apêndice XIII – Análise da divulgação dos indicadores sociais (2022)

País	Empresas	401-1	401-2	401-3	402-1	403-1	403-2	403-3	403-4	403-5	403-6	403-7	403-8	403-9	403-10	404-1	404-2	404-3	405-1	405-2	406-1	407-1	408-1	409-1	410-1	411-1	413-1	413-2	414-1	414-2	415-1	416-1	416-2	417-1	417-2	417-3	418-1	IS Total	Índice
PT	Alud	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	27	75%	
PT	Banco Comercial	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	1	0	0	1	22	61%	
PT	Portuguesa	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	21	58%		
PT	Corteira Amônia	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	36	100%		
PT	CTT	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	36	100%		
PT	EDP	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	26	72%		
PT	EDP RENOVAVEIS	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	36	100%		
PT	Gulp	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	35	97%		
PT	Iberrol	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	35	92%		
PT	Jerónimo Martins	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	28	78%	
PT	Molnlyck	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	25	69%		
PT	Sonae	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	31	86%		
PT	The Navigator Company	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	34	94%	
ESP	Acton S.A.	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	29	81%	
ESP	Aceitox	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	25	69%	
ESP	ACS	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	28	78%	
ESP	Actia	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	36	100%	
ESP	Amadeus	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	23	64%	
ESP	Banco de Santander	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	15	42%		
ESP	Banifone	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	36	100%	
ESP	BBVA	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	36	100%	
ESP	Caixa Bank	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	28	78%	
ESP	Cellex Telecom	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	23	64%	
ESP	CIE Automotve	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	30	83%	
ESP	Emagis	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	35	97%	
ESP	Endesa	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	35	97%	
ESP	Ferrovial	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	36	100%	
ESP	Fuhrer	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	34	94%	
ESP	Gifols	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	23	64%	
ESP	Iberdrola	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	35	97%	
ESP	Index	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	35	97%	
ESP	Indra	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	35	97%	
ESP	Inmobiliaria Colonial	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	34	94%	
ESP	Indortinos	1	0	0	1	1	1	0	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	15	42%	
ESP	Financuendos Rovi	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	34	94%	
ESP	MAPPRE	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	30	83%	
ESP	Medisa Hóels	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	21	58%	
ESP	Medisa Paperas	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	22	59%	
ESP	Red Betficia	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	32	89%	
ESP	Repsol	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	35	92%	
ESP	Secvry Valdehems	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	34	94%	